

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN - FAMECOS
CURSO DE JORNALISMO

OTÁVIO BARRETO ROSSO

**A AGENDA DE PRIVATIZAÇÕES DO GOVERNO EDUARDO LEITE NAS PRINCIPAIS
COLUNAS DE OPINIÃO DO RS**

Orientador: Juremir Machado da Silva

Porto Alegre
2024

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

OTÁVIO BARRETO ROSSO

**A AGENDA DE PRIVATIZAÇÕES DO GOVERNO EDUARDO LEITE NAS
PRINCIPAIS COLUNAS DE OPINIÃO DO RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para a obtenção do grau de
Bacharel em Jornalismo pela Escola de
Comunicação, Artes e Design - Famecos da
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do
Sul.

Orientador: Prof. Dr. Juremir Machado da Silva

Porto Alegre

2024

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo identificar os discursos atribuídos à agenda de privatizações do governo Eduardo Leite pelas principais colunas de opinião política do Rio Grande do Sul. Para isso, foram coletadas 21 notas publicadas nas colunas de opinião das jornalistas Rosane de Oliveira, da Zero Hora, e Taline Oppitz, do Correio do Povo. Na parte teórica da pesquisa, é feita a contextualização da relação entre mídia e poder no Brasil e a descrição das privatizações de CEEE, CRM e Sulgás. A metodologia utilizada foi a análise de discurso de linha francesa, que permitiu a identificação da formação discursiva neoliberal, além dos sentidos 'adesão ao Regime de Recuperação Fiscal', 'virtudes do governo Eduardo Leite' e 'enfraquecimento da oposição'. O estudo concluiu que houve a reprodução de um discurso neoliberal, que colaborou com a imagem positiva do governo estadual e de sua agenda econômica.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso; Privatizações, Jornalismo Político, Colunas de Opinião, Discurso Jornalístico.

ABSTRACT

This monograph aims to identify the discourses attributed to the privatization agenda of Governor Eduardo Leite's administration by the main political opinion columns in Rio Grande do Sul. To achieve this, 21 opinion pieces published by journalists Rosane de Oliveira, from Zero Hora, and Taline Oppitz, from Correio do Povo, were collected. The theoretical framework contextualizes the relationship between media and power in Brazil, and describes the privatizations of CEEE, CRM, and Sulgás. The research methodology employed was french discourse analysis, which facilitated the identification of neoliberal discursive formation, alongside the themes 'adherence to the Fiscal Recovery Regime', 'virtues of the Eduardo Leite government', and 'weakening of the opposition'. The study concluded that there was a reproduction of a neoliberal discourse that contributed to the positive image of the state government and its economic agenda.

KEYWORDS: Discourse Analysis; Privatizations; Political Journalism; Opinion Columns; Journalistic Discourse.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 MÍDIA E PODER NO BRASIL.....	8
2.1 Relação entre imprensa e política no Brasil.....	8
2.1.1 Golpe de 64.....	9
2.1.2 Redemocratização.....	10
2.1.3 Das Jornadas de Junho de 2013 ao impeachment de Dilma Rousseff.....	13
2.1.4 Mídia e poder nos dias atuais.....	14
2.2 Discurso jornalístico.....	15
2.3 Discurso político.....	18
2.4 Colunas de opinião.....	20
2.4.1 Colunismo político.....	22
3 JORNALISMO E PRIVATIZAÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL.....	23
3.1 Correio do Povo.....	23
3.1.1 Taline Oppitz.....	25
3.2 Zero Hora.....	25
3.2.1 Rosane de Oliveira.....	27
3.3 Privatizações.....	27
3.3.1 Histórico das empresas estatais no Rio Grande do Sul.....	30
3.3.1.1 CEEE.....	30
3.3.1.2 CRM.....	31
3.3.1.3 Sulgás.....	32
3.4 Governo Eduardo Leite.....	32
3.5 Privatizações da CEEE, CRM e Sulgás.....	34
4 A AGENDA DE PRIVATIZAÇÕES DO GOVERNO EDUARDO LEITE NAS PRINCIPAIS COLUNAS DE OPINIÃO DO RS.....	36
4.1 Análise de discurso.....	37
4.1.2 Corpus.....	38
4.2 Resultados da análise.....	40
4.2.1 Formação discursiva neoliberal.....	40
4.2.2 Adesão ao Regime de Recuperação Fiscal.....	45
4.2.3 Virtudes do governo Eduardo Leite.....	47
4.2.4 Enfraquecimento da oposição.....	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	56
ANEXO A - Notas analisadas.....	62

1 INTRODUÇÃO

As eleições para o Governo do Rio Grande do Sul em 2022 marcaram um feito inédito. Eduardo Leite (PSDB) obteve 57,17% dos votos no segundo turno, superando o candidato Onyx Lorenzoni (PL) e se tornando o primeiro governador reeleito no estado desde o início da Nova República.

Leite havia sido eleito governador pela primeira vez em 2018, quando superou o então governador José Ivo Sartori (MDB), também em segundo turno. Com uma plataforma de campanha que defendia uma agenda econômica liberal, o futuro governador já falava abertamente em privatizar empresas estatais, como a Companhia Riograndense de Mineração (CRM), a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás) e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

Naquela época, Eduardo Leite prometeu que tanto o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), quanto a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), as duas maiores empresas estatais do RS, não seriam privatizadas. Logo nos primeiros meses do mandato, em julho de 2019, o governo sancionou projetos de lei que autorizavam as privatizações da CEEE, CRM e Sulgás. Já a privatização da Corsan foi autorizada pela Assembleia Legislativa em agosto de 2021.

O jornalismo brasileiro, historicamente, se posiciona a favor de políticas neoliberais, que têm as privatizações como uma de suas principais bandeiras. A adoção de um discurso a favor de desestatizações esteve presente na imprensa do país pelo menos desde os anos 90, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso executou as maiores privatizações da história do governo federal, vendendo empresas como a Vale do Rio Doce e Telebrás. Naquela época, os principais veículos do Brasil classificam o Estado como ineficiente para gerir as empresas públicas, com essa narrativa sendo espalhada por reportagens com manchetes tendenciosas, editoriais, colunas de opinião, entre outros formatos de texto jornalístico. Nesse cenário, podemos afirmar que as colunas de opinião podem ter um papel preponderante no processo de aceitação de uma agenda política ou econômica.

Considerando que as privatizações são reprovadas por 45% dos brasileiros

segundo um levantamento realizado pelo Datafolha (2023), surge a necessidade de identificar os principais discursos que as duas principais colunas de política do Estado atribuem à agenda de privatizações do governo Eduardo Leite como forma de entender como o jornalismo político gaúcho influenciou na opinião pública a respeito do tema e, conseqüentemente, na reeleição do governador.

O objetivo geral desta pesquisa é identificar os discursos atribuídos à agenda de privatizações do governo Eduardo Leite pelas principais colunas de opinião política do Rio Grande do Sul. Já os objetivos específicos são a) contextualizar a relação entre jornalismo e política no Brasil, b) descrever a agenda de privatizações do governo Eduardo Leite, e c) avaliar como as privatizações da CEEE, CRM e Sulgás foram retratadas nas colunas de opinião política dos principais veículos de comunicação do Rio Grande do Sul.

Para isso, será feita uma análise discurso das colunas de Rosane de Oliveira, de GZH, e Taline Oppitz, do Correio do Povo, entre abril e julho de 2019, período em que foram levados a votação na Assembleia Legislativa projetos que autorizavam a venda de empresas estatais sem a necessidade de plebiscito e outro que permitia a venda da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), da Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás). Serão analisadas publicações das colunistas nos jornais impressos coletadas nos acervos digitais dos jornais Correio do Povo e Zero Hora.

A metodologia escolhida para a realização da presente pesquisa foi a Análise de Discurso de linha francesa que, no campo da comunicação, permite a identificação das ideologias presentes na estrutura de um texto. Tendo em vista que as colunas de opinião política dos jornais do Rio Grande do Sul, possuem um formato mais objetivo, com textos curtos e poucos adjetivos, esse método permite uma análise mais aprofundada dos sentidos atribuídos à publicação.

Diante deste cenário, o segundo capítulo apresentará um contexto histórico nas relações entre mídia e poder no Brasil, partindo desde os anos 1950, quando a imprensa brasileira adotou o modelo estadunidense de jornalismo, até chegar aos dias atuais. Na sequência, serão abordados os conceitos de discurso jornalístico e discurso político sob a ótica da análise de discurso. Por fim, examina-se as colunas de opinião e suas características.

Após este panorama inicial, o terceiro capítulo trará detalhes sobre o objeto

de pesquisa, abordando o histórico dos jornais Correio do Povo e Zero Hora, assim como o das colunistas estudadas, Taline Oppitz e Rosane de Oliveira. Também será detalhado o histórico das privatizações e das empresas estatais no Rio Grande do Sul, o governo Eduardo Leite e a agenda de privatizações que culminou na desestatização da CEEE, CRM e Sulgás.

Concluída a abordagem teórica da pesquisa, o quarto capítulo apresenta a metodologia utilizada, a Análise de Discurso, e a análise feita em 21 notas publicadas nas colunas de opinião de Taline Oppitz e Rosane de Oliveira. Por fim, o capítulo cinco traça as considerações finais da pesquisa, resgatando seu percurso e os resultados coletados.

2 MÍDIA E PODER NO BRASIL

Neste capítulo, apresenta-se o contexto histórico da relação entre o jornalismo brasileiro e a política. Na sequência, identifica-se as definições teóricas de discurso político, discurso jornalístico e colunismo político, conceitos que farão parte dos procedimentos metodológicos e do objeto de estudo.

2.1 Relação entre imprensa e política no Brasil

A associação entre mídia e política no Brasil é intrínseca ao nascimento da imprensa no país, em 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro e a instalação da Imprensa Régia. Nesse contexto, foram criados os primeiros jornais brasileiros: a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Correio Braziliense*, que seguiam uma linha editorial de acordo com os interesses políticos da Coroa. Com o passar das décadas, a mídia brasileira incorporou diferentes características e posicionamentos de acordo com os acontecimentos políticos que mudaram o rumo do país.

A partir dos anos 1950, os jornais brasileiros adotam o modelo anglo-americano de jornalismo, trazendo as noções de profissionalismo defendidas pelos veículos estadunidenses para as redações, o que inclui a classificação da notícia como um relato isento de opinião (Magalhães, 2015). Foi nesse momento que a imprensa brasileira implementou técnicas de redação predominantes até os dias de hoje, como o *lead* e a pirâmide invertida, tornando os gêneros informativos cada vez mais impessoais. Antes disso, o jornalismo brasileiro estava muito próximo da política e constituía um exercício mais ou menos literário, dependendo de cada veículo (Ribeiro, 2002).

Entretanto, por conta das características culturais, sociais e econômicas completamente diferentes entre Brasil e Estados Unidos, a adoção deste modelo independente de jornalismo resultou em uma leitura particular em relação àquela praticada na América do Norte. Albuquerque (2009) explica que o jornalismo brasileiro, assim como o estadunidense, se define como um “quarto poder”, em referência ao sistema de divisão de poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário, mas acaba tendo um papel político muito mais ativo do que o exercido

pelos jornais norte-americanos.

[...] o modelo americano da imprensa como um "Quarto Poder" é, em nosso país, objeto de uma releitura bastante radical. Enquanto nos Estados Unidos, a idéia de "Quarto Poder" traduz um compromisso da imprensa com o sistema de divisão de poderes como um todo (e com a conservação do equilíbrio entre os poderes em particular), no Brasil, ela apela de alguma maneira para uma tradição brasileira, e totalmente distinta de Quarto Poder: o Poder Moderador. Tal como o fizeram em tempos passados o Imperador e os militares, a imprensa reivindica hoje exercer o papel de árbitro das disputas entre os poderes constituídos, decidindo sempre em favor do "Bem Comum". (ALBUQUERQUE, 2008, p. 27)

Mesmo com a profissionalização do jornalismo brasileiro e o crescimento do modelo de redação imparcial na década de 50, a gestão e a administração dos veículos ainda não eram qualificadas o suficiente para garantir a independência financeira. Consequentemente, os jornais continuaram fazendo uso de seu papel político para angariar apoio de grupos partidários que estavam no poder ou na oposição e garantir sua sobrevivência por meio de créditos, empréstimos, incentivos ou publicidade (Ribeiro, 2003).

Durante o governo Getúlio Vargas (1951-1954), evidenciam-se dois exemplos da influência dos veículos jornalísticos no campo político brasileiro. Em 1951, é criado o jornal *Última Hora*, por Samuel Wainer, a pedido do próprio presidente. Anos antes, em 1949, um de seus principais opositores, Carlos Lacerda funda o jornal *Tribuna da Imprensa*, conhecido sua atuação em prol das políticas defendidas pela União Democrática Nacional (UDN), principal partido contrário à Vargas e a favor de uma política liberal.

Diante desse cenário, ambos os jornais exerceram um papel protagonista dos acontecimentos políticos daquele período, que acabaram culminando no suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954. Um atentado contra Carlos Lacerda cometido por membros da guarda pessoal do presidente é o estopim para uma crise política e militar, gerando uma disputa de versões entre o jornal governista e o oposicionista. O fato de que os veículos apresentaram manchetes distintas em um mesmo contexto comprova que a imprensa age como um instrumento político, atuando na construção dos acontecimentos (Cunha, 2016).

2.1.1 Golpe de 64

Em 1961, João Goulart assumiu a presidência do Brasil após o presidente eleito, Jânio Quadros, renunciar ao cargo. Goulart era herdeiro político de Getúlio Vargas e mantinha relações estreitas com líderes sindicais, o que, em tempos de Guerra Fria, era associado ao comunismo por seus opositores e militares, que tentaram impedir sua posse. Durante o governo de Jango, a imprensa aderiu à narrativa de que o presidente representava um risco à democracia brasileira, e os jornais passaram a ser seus opositores ferrenhos.

As publicações dos jornais brasileiros contribuíram significativamente para o aumento da rejeição pública do presidente João Goulart e, portanto, exerceram um papel fundamental na sua desmoralização no período que antecedeu o golpe (Smith, 2000). Entre as principais propostas do governo que eram alvo de críticas estavam as “reformas de base”, nome dado a um conjunto de medidas estruturais nos setores educacional, fiscal, político, urbano e agrário. Os jornalistas exerceram um trabalho intelectual, formulando uma guerra retórica para desqualificar as “reformas de base” de Jango como sendo antimodernas, retrógradas, inexecutáveis, demagógicas, populistas e comunistas (Silva, 2014).

Ademais, parte da imprensa brasileira também apresentava contradições em suas narrativas. O discurso dos veículos misturava dois argumentos incompatíveis: a defesa de valores democráticos, usada como argumento em razão de uma possível ligação de João Goulart com o comunismo, e a solução autoritária, que envolve a instauração de um golpe militar (Kieling, 2019).

Entre os principais jornais do Brasil naquela época, Correio da Manhã, o Globo, Jornal do Brasil, Estado de S.Paulo, Estado de Minas e Tribuna da Imprensa são alguns exemplos de publicações que se posicionaram categoricamente contra o governo e a favor de uma intervenção militar com o suposto objetivo de garantir a democracia. Apenas o Última Hora, jornal ligado ao trabalhismo getulista, manteve uma postura contrária ao golpe entre os veículos de grande circulação.

Silva (2014) classifica o golpe de 64 como midiático-civil-militar, uma vez que, sem o trabalho da imprensa, não haveria legitimidade para a derrubada de João Goulart.

2.1.2 Redemocratização

O fim da ditadura militar representou uma nova mudança no jornalismo

brasileiro. Nas décadas seguintes à redemocratização, novos espaços de debate público foram criados e a incorporação de novas tecnologias permitiu avanços no exercício da atividade jornalística. Entretanto, o entendimento da notícia como produto destinado ao consumo e a proliferação de pressões do mercado colocaram novos limites nas redações, exigindo uma série de simplificações de mensagem para atingir um público maior (Matos, 2008).

Essa lógica foi adotada com o avanço e consolidação do neoliberalismo no Brasil entre as décadas de 80 e 90, que tinha como ideias principais a redução da participação do Estado na economia e a livre concorrência como motor para o desenvolvimento. Logo nas primeiras eleições presidenciais após a ditadura militar, em 1989, a atuação da mídia brasileira acaba sendo decisiva para a vitória de Fernando Collor de Mello (PRN), principal representante desse novo projeto econômico. Temas como a expansão das possibilidades de consumo, o medo do comunismo, a privatização de setores públicos e a desilusão com a política tradicional deram um gás para a candidatura de Collor superar nomes tradicionais da política brasileira, como Leonel Brizola (PDT) e Ulysses Guimarães (MDB) no primeiro turno, e o novo nome da esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em segundo turno (Matos, 2008).

A relação entre Collor e a grande imprensa brasileira começou a se estreitar anos antes das eleições presidenciais de 89. Ainda em 1987, na época recém empossado como governador de Alagoas, ele realizou a primeira de uma série de visitas na editora Abril, dona de diversas publicações de grande circulação, incluindo a revista *Veja*, uma das mais tradicionais do país. Depois de outras sinalizações à mídia, o presidenciável ganhou a simpatia de donos de grandes veículos, como a família Nascimento Brito, do *Jornal do Brasil*, e a família Mesquita, do *jornal Estado de S. Paulo*. Já durante a campanha, Collor ganhou o respaldo de outros grupos da mídia, incluindo a *Globo* e a *Folha de S. Paulo* (Souza, 2008).

Todavia, a imagem de Fernando Collor como um político excepcional começou a ser desconstruída com a participação da imprensa após os fracassados planos econômicos que descumpriram promessas de campanhas, mas principalmente depois de uma publicação da *Veja*, em maio de 1992, que revelou um esquema de corrupção no seu governo (Matos, 2008). Nesse contexto, a imprensa acabou servindo como um canal de denúncias pelo qual as acusações de corrupção de improbidade administrativa tornaram-se conhecidas pela população, o

que resultou em uma grande pressão popular pela derrubada do presidente (Souza, 2008). Após a abertura e o avanço de um processo de impeachment, Collor renuncia em dezembro de 1992.

O processo de implantação de uma política neoliberal no Brasil continuou durante o governo Itamar Franco, que teve como principal feito a implantação do Plano Real, uma nova política monetária que permitiu o controle da inflação e a criação de uma moeda estável. O sucesso do plano fez com que o ministro da Fazenda e um dos idealizadores do plano, Fernando Henrique Cardoso, fosse eleito presidente no primeiro turno em 1994.

Com a estabilização da economia brasileira e o respaldo das urnas, o governo FHC pôde, enfim, consolidar uma plataforma neoliberal na direção do Estado Mínimo, adotando uma série de políticas com privatizações e ajustes econômicos que permitiram a transferência de riquezas para o setor privado e o fortalecimento de grandes monopólios (Carvalho, 2004). Esse movimento contou com o respaldo dos grandes veículos de comunicação brasileiros, que adotaram um discurso que colocava o Estado como incapaz de gerir investimentos e manter a rentabilidade de empresas estatais, atuaram como porta-vozes do governo e foram os principais difusores da ideologia neoliberal na década de 1990 (Contin, 2015).

Biondi (2003) é categórico ao afirmar que houve uma manipulação do jornalismo econômico durante o governo FHC por meio de “truques” adotados pelos jornais, como manchetes às avessas, manchetes encomendadas, cifras enganosas, lide às avessas, omissões escandalosas, entre outros. Sobre as privatizações, ele coloca que a mídia foi conivente e omitiu do público informações relevantes como argumentos contrários e análises mais profundas sobre os prós e contras das vendas de empresas estatais.

Com uma ampla coalizão de centro-direita e a proximidade com os grandes veículos de comunicação, Fernando Henrique Cardoso foi reeleito em primeiro turno nas eleições presidenciais de 1998, mais uma vez superando Luiz Inácio Lula da Silva. O panorama do segundo mandato, no entanto, foi diferente, com o presidente perdendo parte de seu apoio após a piora de indicadores econômicos, gerando insatisfação em setores industriais, parte da classe média, sindicalistas e movimentos sociais (Matos, 2008).

As dificuldades na reta final do governo FHC, aliada a uma nova roupagem

adquirida pelo Partido dos Trabalhadores, que reavaliou seus princípios socialistas e se adequou a um pensamento de esquerda mais próximo do capitalismo mundial (Matos, 2008), abriram espaço para a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Matos (2008) pontua que Lula recebeu um tratamento mais simpático da mídia do que nas eleições passadas e teve sua imagem trabalhada como um político social democrata, em contraste com a histeria do mercado e preconceitos ideológicos. Nos anos seguintes, o PT se consolidou como a principal força política do Brasil com a reeleição de Lula e a eleição e reeleição de Dilma Rousseff.

2.1.3 Das Jornadas de Junho de 2013 ao impeachment de Dilma Rousseff

Em junho de 2013 manifestantes tomam as ruas das principais cidades do Brasil e dão início a um processo de mudança política e social no país. O que começou como um movimento pela redução no preço das passagens do transporte público, o Movimento Passe Livre, acabou se tornando a representação da despolitização da sociedade brasileira e o consequente surgimento político da direita no país. A mídia tradicional brasileira teve papel importante nesse processo de despolitização e na migração ideológica dos protestos de junho de 2013 para a direita (Santos e Pajeú, 2023).

Calil (2014) divide a cobertura das Jornadas em etapas distintas. Quando o movimento surge, ainda com um viés de esquerda, a abordagem da imprensa o rechaçava, referindo-se aos manifestantes como vândalos e exigindo o uso da força para a “liberação do trânsito”. O segundo momento ocorreu com o aumento da repressão policial, especialmente após uma jornalista da Folha de S.Paulo ser atingida com um disparo de bala de borracha no olho, o que fez com que grande parte da imprensa passasse a manifestar apoio aos manifestantes. Diante desse contexto, a cobertura dos veículos ajuda a tirar o viés de classe presente na origem do movimento e passa a impor pautas, como o combate a corrupção, a defesa da pátria, caracterizando as manifestações como de brasileiros apartidários acima de qualquer ideologia (Calil, 2014).

Pouco tempo depois das Jornadas de 2013, em março de 2014 tem início um conjunto de investigações realizadas pela Polícia Federal (PF) sobre o crime organizado em contratos públicos: a Operação Lava-Jato. A Lava-Jato, que foi a maior operação de combate à corrupção já feita no Brasil, chegou a políticos do

alto escalão, incluindo membros do governo federal e o então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e grandes empresários brasileiros.

A imprensa teve um papel importante não só na construção da opinião pública da operação, mas também na sua legitimação. A espetacularização do processo judicial por meio dos veículos de comunicação teve um papel essencial na estratégia de acusação da Lava-Jato, com a exibição pública de conversas telefônicas grampeadas de Lula e até mesmo da presidente Dilma Rousseff em rede nacional (Albuquerque, 2021). Souza (2019) afirma que a cobertura midiática da Operação Lava-Jato prejudicou o PT, colando a imagem do partido à corrupção por meio de vazamentos seletivos que fizeram o partido ter sua representação dizimada.

A insatisfação popular e as investigações da operação juntaram-se a uma conjuntura econômica desfavorável causada por diferentes fatores de ordem interna e externa. O crescimento na taxa de desemprego, a queda de lucratividade das empresas, a redução do PIB e o aumento da inflação fizeram com que o apoio da presidente Dilma caísse mesmo após a sua reeleição em outubro de 2014. Diante desse cenário, a oposição e parte da base aliada, incluindo o PMDB do vice-presidente Michel Temer, passaram a isolar o governo, gerando uma crise política. Em outubro de 2015, o PMDB, após negociações com a oposição e parte do empresariado brasileiro, lança o plano *Uma Ponte para o Futuro*, que estabelecia a volta e a aceleração de uma agenda neoliberal no país com redução de investimentos em saúde, educação e previdência, e coloca o que seriam os pilares do que viria a ser o governo Temer (Jinkings, 2016).

Após isso, articulações políticas e manifestações populares pedindo a derrubada da presidente Dilma Rousseff ganharam força, resultando na abertura de um processo de impeachment em dezembro de 2015 sob alegação de crime de responsabilidade fiscal pelas chamadas “pedaladas fiscais” e edição de decretos de abertura de crédito sem a autorização do Congresso. Nesse quadro, os grandes veículos de imprensa brasileiros desempenharam um papel relevante na condução e articulação de um discurso de insustentabilidade do governo à crise (Cyrino, 2016). Assim como no golpe militar de 1964, o impeachment da presidente Dilma Rousseff teve caráter midiático, com a participação da imprensa na construção dos sentidos e no recorte dos acontecimentos (Sá, 2016).

2.1.4 Mídia e poder nos dias atuais

Nos últimos anos, o Brasil presenciou a ascensão da extrema-direita na política nacional, que resultou na eleição de Jair Messias Bolsonaro para a presidência em outubro de 2018. Esse movimento foi caracterizado, entre outros aspectos, por ameaças constantes de rupturas democráticas; a ascensão de grupos extremistas nos espaços de poder e a proliferação de desinformação nos espaços digitais, resultado da massificação das redes sociais e do turbilhão informacional em que vivemos nos dias atuais. Diante dessas circunstâncias, a imprensa brasileira passa por um momento de credibilidade e desconfiança por parte de setores da sociedade.

Apesar de ter participação direta nos acontecimentos que resultaram na crise democrática brasileira (Weltman, 2021), a grande imprensa se mostrou crítica à agenda extremista e autoritária do governo Bolsonaro. Sodré (2019) coloca que a ideologia subjacente ao jornalismo ainda hoje é afinar-se liberal e eticamente com os princípios básicos da soberania democrática, tais como o constitucionalismo, a liberdade civil e política ou com ideais coletivos: a transparência das decisões de Estado, o estabelecimento da verdade sobre questões essenciais para a coletividade, a informação isenta sobre a vida cotidiana etc. O autor também explica que jornalismo mantém virtualmente um espaço, a ser ocupado na recriação de novas formas de mediação politicamente significativas para a sociedade civil, mesmo levando-se em consideração que os grandes princípios constitutivos da Modernidade não mais estejam em sintonia com a síntese social operada pela midiatização.

2.2 Discurso jornalístico

Charaudeau (2006) explica que informar é possuir um saber que o outro ignora, ter a aptidão para transmiti-lo e ser legitimado nessa atividade, o que faz com que as instâncias de informação exerçam poder sobre os outros, detendo uma parte do poder social. A máquina midiática possui três lugares de construção de sentido: a instância da produção, a instância de recepção e o texto como produto (Charaudeau, 2006). Já informação midiática é determinada por um dispositivo que

compreende diversos atores com papéis bem definidos, como o investigador de informações, o provedor de informações, o transmissor de informações, o comentador de informações e o provocador de debates (Charaudeau, 2016). Partindo desse pressuposto, o autor descreve o papel do discurso jornalístico da seguinte forma:

O discurso jornalístico não pode se contentar em reportar fatos e afirmações; seu papel é igualmente o de explicar o porquê e o como, a fim de esclarecer o cidadão. Daí uma atividade discursiva que consiste em propor um questionamento (sem quadro de questionamento, nada de explicação possível), elucidar diferentes posições e tentar avaliar cada uma delas. Uma vez mais, o jogo de credibilidade exige que o jornalista enunciador – frequentemente especializado ou cronista – não tome, ele próprio, partido, justificando ausência de espírito partidário e vontade de não influenciar o leitor. (Charaudeau, 2016)

As mídias tentam exercer um papel de mediação entre os leitores e a realidade, entretanto, o que seus textos oferecem não é a realidade, e sim, uma construção que permite a produção de formas simbólicas de representação de sua relação com a realidade concreta (Gregolin, 2007). Schwaab e Zamin (2014) apontam que, ao construir a notícia, os jornalistas fazem uso de técnicas, gêneros, formatos e processos de edição que os permitem escolher, excluir ou acentuar determinados aspectos dos acontecimentos para cumprir sua função. O discurso jornalístico tem a notícia como produto cultural configurado por categorias pré-noticiosas e pelas condições de produção, com o trabalho das formações imaginárias, ideológicas e discursivas se encarregando de afetar o modo como os profissionais vão procurar fatos na vida real que se enquadrem nos modelos pré-estabelecidos (Schwaab e Zamin, 2014). O discurso do jornalismo brasileiro, nos moldes da escola americana, é perverso, pois se apresenta como uma verdade objetiva, mas adota um lado (Pinto, 2006).

Rosa (2002) é categórica ao afirmar que o discurso jornalístico não reflete a realidade. Na visão da autora, ele a traduz e constrói via recursos discursivos, simulando realidades por meio de um sistema próprio presente em cada veículo, interferido pela ideologia e experiência do jornalista, assim como a cultura do veículo. O jornalista é, ao mesmo tempo, intermediário entre os leitores e o acontecimento e o intérprete desse acontecimento. Portanto, ele não é um simples transmissor de informações, selecionando, junto com a redação, o que é digno de virar notícia, e colocando em palavras, em frases, em discurso, dando sentido ao

acontecimento (Guilbert, 2020). Além disso, os jornalistas possuem um papel didático, fornecendo ao leitor os elementos necessários para a compreensão dos fatos.

Os posicionamentos e ideologias dos veículos de comunicação também exercem um papel relevante na construção do discurso jornalístico. Cada veículo enuncia discursos comprometidos com as instituições que são suas fontes, anunciantes e concorrência. Nesse sentido, o jornalista produz as matérias levando em consideração o status entre seus pares. A notícia é um produto das complexidades da atividade humana e uma construção de um real em meio às incompletudes do que o discurso jornalístico não pode instituir ou objetivar (Rosa, 2002).

Para Charaudeau (2016b), a imprensa jamais dirá que a sua missão é manipular pessoas, e sim informá-las, o que é verdade. No entanto, o autor questiona se a preocupação dos veículos em atrair o maior número possível de ouvintes não os leva a espetacularizar a informação e, conseqüentemente, desconfigurá-la. Nesse sentido, ocorre uma manipulação não voluntária que coloca a mídia como uma das responsáveis pela desinformação.

A “superdramatização” (a dramatização exacerbada) é uma característica do discurso de informação das mídias na maneira de relatar e comentar os acontecimentos. Para atrair o público, trata-se de construir o acontecimento numa narrativa suscetível de ter um impacto emocional, como se vê em algumas manchetes: “A França pedófila”, “A França doente dos subúrbios”, “A França arde em fogo”, “Obesidade: uma em cada seis crianças tem sobrepeso”. Uma superdramatização que, usando de procedimentos como o amálgama, a descrição das causas apresentadas de maneira sucinta e as interpelações denunciadoras, constrói uma encenação em torno da tríade vítima/agressor/salvador. (Charaudeau, 2016b, p.121)

O discurso é o principal produto e o resultado final do funcionamento das instituições midiáticas, já que todas as funções exercidas pelos jornalistas têm ele como seu objetivo. Nesse sentido, o discurso midiático possui uma aptidão para contaminar e se deixar contaminar por outros discursos, o que o habilita para executar a função de mediação (Rodrigues, 2002). Ou seja, a mídia apropria-se de outras modalidades de discurso para os tornar transparente e universalmente compreensível. Rodrigues (2002) classifica esse discurso como “exotérico”, já que a sua legitimidade é transversal ao conjunto de todos os domínios da experiência moderna. Sobre as funções da mídia, o autor destaca, entre outras, a capacidade

de alteração do funcionamento dos regimes nas instituições. Na política, por exemplo, a mídia pode normalizar, arrefecer, revolucionar ou aquecer as disputas pela detenção do exercício do poder.

Sob a ótica da análise do discurso (AD), o discurso jornalístico age e interage com outros sistemas, como a ciência e a política, que dependem um do outro na construção e legitimação de conhecimentos e discursos. Portanto, o jornalismo adquire centralidade por não ser composto apenas por elementos produzidos nos dispositivos específicos que lhe são característicos (Schwaab, 2007).

Mainqueneau (2004) estabelece que o gênero de discurso é um contrato, o que significa que é regido por normas mutuamente conhecidas pelos enunciadores e pelos receptores. No caso do jornalismo, existe um contrato entre jornalistas e leitores que parte dos pressupostos de que o jornalista não mente, mesmo ele e o veículo de comunicação tendo interesses próprios, e de que as informações veiculadas são checadas previamente (Benetti, 2006).

O discurso das mídias carrega uma natureza específica da sua relação enunciativa que o difere de outras modalidades. Isso ocorre por que ele é unilateral, uma vez que o enunciador dirige a palavra a um público indiferenciado e ausente, que não pode tomar a palavra (Rodrigues, 2002). No mesmo sentido, Benetti (2008) ainda alerta que, em algumas ocasiões, a identificação dos enunciadores em uma reportagem jornalística pode ser complexa, já que em um caso em que mais de uma fonte enunciam sob uma mesma perspectiva, elas configuram como um único enunciador. Ou seja, muitos locutores (fontes) não significam muitos enunciadores, o que dificulta o estudo das vozes no discurso jornalístico (Benetti, 2008).

2.3 Discurso político

O campo político é onde se movem relações de forças simbólicas para a conquista e gestão do poder. Diante dessas características, Charaudeau (2006) argumenta que o discurso político põe em movimento um objetivo de incitação a pensar e a agir, dirigido aos cidadãos, que também são parte dele.

Esse discurso não ocorre apenas nos legislativos federais, estaduais e municipais, no executivo, na palavra do presidente da república, dos governadores

de estado, dos prefeitos, já que, durante campanhas eleitorais, todos nós nos tornamos enunciadores do discurso político (Pinto, 2006).

A característica fundamental do discurso político é a necessidade de impor sua verdade para muitos e, caso não obtenha sucesso nisso, sua existência estará em risco. Portanto, Pinto (2006) classifica esse discurso como dinâmico e frágil, expondo sua condição provisória facilmente. A fala política é onde se misturam esperanças e ações e, portanto, se estabelece um contrato de idealidade social entre políticos e cidadãos. Assim sendo, o discurso político precisa produzir uma lógica simbólica, que coloca os princípios de uma vida política como fundadores dessa idealidade, e uma lógica pragmática que proponha um modo de gestão de poder (Charaudeau, 2016).

A instância política é portadora de um projeto de sociedade ideal e deve compartilhá-lo com a instância cidadã, o vasto público que é movido por opiniões, interesses e sentimentos diversos e opostos. Além disso, estando em posição de rivalidade com um adversário que procura defender seu próprio projeto de sociedade para o mesmo tipo de público, situa-se numa relação triangular (instância política, instância adversa, instância cidadã) que a obriga a usar de estratégias. Além disso, ela pode se encontrar em uma das duas situações de comunicação, que são a situação de candidatura, quando se trata de chegar ao poder, e a situação de governança, quando se trata de administrar. Ou seja: uma situação de conquista do poder e uma situação de exercício do poder. (Charaudeau, 2016, p.70)

Entre as características que o discurso político pode adquirir estão tensão, embate, ridicularização, espetacularização, ironia, zombaria, autolegitimidade e deslegitimação do outro (Marques, 2015). Isso ocorre porque esse tipo de enunciado trata de uma área marcada por conflitos em virtude dos interesses de determinados grupos sociais de oposição.

[...]o discurso político tem lados, é um discurso de visões de mundo. É um discurso que tem como princípio básico a polêmica, ou seja, ele vive através da polêmica, vive através da desconstrução do outro. Essa é uma questão fundamental para entendê-lo, porque o que ele faz é desconstruir o outro, para se construir. Porque, se ele não desconstruir o outro ele não tem condições de construir a si próprio. (Pinto, 2006, p.15)

O discurso político pode influenciar e ser influenciado pelo discurso midiático. Sobre as características dessa relação, Guilbert (2020) explica que a interação entre políticos e jornalistas é tão forte que muitas vezes é difícil identificar se a informação é criada pelo político ou pelo jornalista. O autor justifica a interação

político-midiática com a proximidade que os monopólios de comunicação têm do poder, o que torna difícil a execução da função crítica da imprensa. Outro efeito dessa relação é a *peopolização*, uma característica discursiva que fala da vida privada de personalidades, o que se estendeu ao mundo político como efeito da superdramatização promovida pela mídia (Charaudeau, 2016b).

2.4 Colunas de opinião

As colunas de opinião nos jornais surgiram no final do século 19, nos Estados Unidos. De acordo com Bond (1957), o jornal *The Republican*, de Springfield, e o *Daily News*, de Chicago, foram os primeiros veículos a adotarem esse formato para suprir um espaço de opinião deixado pela profissionalização dos jornais e a adoção de publicações auto proclamadas independentes. No Brasil, esse fenômeno começou no início do século 20, principalmente com o surgimento das colunas sociais, com relatos e comentários de personagens da alta sociedade das cidades nas quais os jornais estavam inseridos. Na sequência, também surgiram colunas que tratavam de moda, turfe, cultura, esporte e noticiário geral.

Matérias explicitamente opinativas são consideradas desviantes do padrão jornalístico, mas o papel de opinar é reservado a colunistas, articulistas e editorialistas, que têm a função específica de comentar o fato relatado (Mariani, 1999). Melo (1985) define a coluna como a seção especializada de jornal ou revista, publicada com regularidade, geralmente assinada, redigida em estilo mais livre e pessoal em comparação com o noticiário comum. A nomenclatura vem da diagramação vertical em que as matérias eram expostas de cima para baixo, formando “colunas nas páginas”. O autor também coloca que a coluna corresponde à emergência de um tipo de jornalismo pessoal, intimamente vinculado à personalidade de seu redator.

A coluna tem um espaço privilegiado nos bastidores da notícia, descobrindo fatos que estão por acontecer, pinçando opiniões que ainda não foram expressadas e exercendo um trabalho sutil de orientação da opinião pública. Esse gênero pode ser dividido em quatro tipos, conforme Bond (1957): a coluna padrão, com tratamento mais superficial e destinada a temas de menor relevância; a coluna miscelânea, que combina prosa e verso com humor e sarcasmo; a coluna de mexericos, centrada em figuras da alta sociedade; e a coluna política, que situa o

leitor no mundo do poder.

O colunismo tem a função de balão de ensaio. Insitua fatos, lança ideias, sugere situações, com a finalidade de avaliar as repercussões. Isso se chama, em linguagem jornalística, 'plantar notícia'. Da reação do público, estimulada por essas informações sutis, depende muitas vezes a tomada de decisões empresariais e políticas. (MELO, 1985, p.107).

Comentar o mundo constitui uma atividade discursiva, complementar ao relato, que consiste em exercer a capacidade de raciocínio para analisar o porquê e como dos fatos (Charaudeau, 2006). O autor divide a mecânica argumentativa do comentário midiático em três etapas distintas. A primeira delas é “problematizar” determinado tema, abrindo um debate e questionando determinado fato. A segunda é “elucidar”, quando o comentarista passa a fornecer razões pelas quais um fato pode produzir-se e o que isso significa para a sociedade. Por fim, o jornalista pode “avaliar”, expondo seu ponto de vista pessoal sobre o assunto já problematizado e elucidado (Charaudeau, 2006).

Charaudeau (2006), no entanto, enxerga uma série de problemas ligados ao comentário midiático que residem nas características do que pode vir a ser o posicionamento do jornalista.

O comentário midiático corre o risco constante de produzir efeitos perversos de dramatização abusiva, de amálgama, de reação paranóica. Assim, a instância midiática procura, para compensar tais efeitos, multiplicar os pontos de vista e colocar num plano de igualdade os argumentos contrários. Talvez esteja aí a especificidade do comentário jornalístico: uma argumentação que, certamente, bloqueia a análise crítica, mas que, pela sua própria fragmentação, sua própria multiplicidade de pontos de vista, fornece elementos para que se construa uma verdade mediana. É uma atitude discursiva que aposta na responsabilidade do sujeito interpretante. (CHARAUDEAU, 2006, p. 187)

Os diferentes gêneros de comentários jornalísticos estão submetidos à exigência da objetividade e tem por função deliberar o sentido do acontecimento, o que coloca os jornalistas responsáveis como “formadores de opinião” (Guilbert (2020). Leães (2009) descreve como o trabalho dos colunistas se destaca e ganha notoriedade não só em ambientes jornalísticos:

O colunista torna-se um jornalista diferenciado no meio da redação em que atua. Ele recebe ligações de diversas personalidades, várias fontes querem transmitir-lhe informações exclusivas para que possam ser noticiadas no dia seguinte ou na atualização do seu blog. O profissional, ao tornar-se colunista, vira referência para os colegas de profissão,

passando a ser mais reconhecido pelo público leitor, pelos anunciantes e pelas pessoas que gravitam em torno dos meios de comunicação social. Além disso, melhora sua remuneração profissional, passando, em muitos casos, também a proferir palestras pagas em eventos. (LEÃES, 2009, p.49)

Atualmente, o colunismo fixou-se como um dos principais gêneros do jornalismo nacional, contando com a preferência dos leitores, que os valorizam tanto pelo fato de trazerem notícias inéditas e exclusivas, tanto pelo desejo de conhecer a opinião dos jornalistas titulares a respeito dos temas de destaque na cobertura dos jornais (Leães, 2009). Entre os fatores que colaboraram com o sucesso deste formato jornalístico no Brasil estão o “personalismo brasileiro”, que valoriza a participação de sujeitos na construção da opinião, e o “ritmo trepidante” do brasileiro, que tem pouco tempo para leitura (Amaral, 1982).

2.4.1 Colunismo político

As colunas de opinião política surgiram no Brasil apenas no final dos anos 40 e no início dos anos 50. Os pioneiros foram Carlo Castelo Branco, do Jornal do Brasil, Rafael Oliveira, do Correio da Manhã, e Murillo Mello Filho, da revista Manchete. No entanto, o gênero se consolidou apenas durante a ditadura militar, quando colunistas divulgavam notícias que seriam censuradas em outras editorias do jornal (Leães, 2009).

No caso do colunismo político do Rio Grande do Sul, o qual a presente pesquisa se debruçou, é possível notar algumas características que o diferenciam de outras regiões do país. As colunas políticas dos jornais gaúchos optam por trabalhar com textos curtos, em tópicos, que tratam de diferentes temas, enquanto os colunistas do resto do país, em sua maioria, trabalham um único tema em textos longos (Schuster, 2000). Na visão dos colunistas, esse formato aumenta os índices de leitura e não prejudica a profundidade, cumprindo com o seu papel de informar, já que os textos curtos fazem com que os adjetivos sejam cortados, dando prioridade para substantivos e verbos (Schuster, 2000).

O colunismo político é pautado pela classe política e pode ser utilizado por governos e políticos para mandar recados para adversários, apoiadores e população insatisfeita. Para isso, devem fornecer informações relevantes e exclusivas, o que constitui o prestígio da coluna perante a sociedade (Leães, 2009).

Esse contato entre personalidades políticas, empresariais e outras autoridades com o colunista requer o intermédio de um profissional de comunicação, uma vez que a produção de conteúdos relevantes para a coluna deve seguir critérios jornalísticos e uma mínima palavra colocada de forma errada pode gerar desgastes desnecessários (Leães, 2009).

3 JORNALISMO E PRIVATIZAÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL

Neste capítulo, apresenta-se o contexto histórico dos veículos *Correio do Povo* e *Zero Hora*, e das colunistas analisadas na pesquisa, Rosane de Oliveira e Taline Oppitz. Na sequência, será abordado o tema das privatizações no Brasil. Por fim, descreve-se o contexto econômico do governo Eduardo Leite e a agenda de privatizações adotada pelo mesmo.

3.1 *Correio do Povo*

O jornal *Correio do Povo* foi fundado pelo empresário e jornalista Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior no dia 1º de outubro de 1895, em Porto Alegre. A publicação começou a circular apenas 2 meses após o término da Revolução Federalista, guerra civil que dividiu o Rio Grande do Sul entre republicanos, liderados por Julio de Castilhos, e federalistas, de Gaspar Martins, e que vitimou mais de 10 mil pessoas. Em meio a esse contexto bélico, as primeiras edições do novo jornal o posicionaram como um veículo independente politicamente, ao contrário da maioria das publicações que circulavam no estado naquela época, priorizando a informação e a imparcialidade.

Caldas Júnior colocou todas as suas fichas numa palavra: modernidade. O *Correio do Povo* foi o primeiro jornal moderno do Rio Grande do Sul. Nos 18 anos em que comandou o seu jornal, Caldas Júnior modernizou quase todo dia. Investiu permanentemente em tecnologia. Queria ter as melhores máquinas. Alterou a forma de tratamento dado às pessoas nos textos publicados, simplificando os termos, eliminando os salamaleques e tornando tudo mais coloquial. Combateu os adjetivos e superlativos. Deu primazia ao noticiário. Procurou afastar, embora nem sempre tenha tido êxito, os seus ressentimentos pessoais do material jornalístico. (SILVA, 2015, p.161)

Nos seus primeiros anos de existência, o *Correio do Povo* cumpriu com essa linha política, mantendo-se neutro em relação ao governo estadual, na época comandado pelo Partido Republicano Riograndense (PRR), e tecendo críticas de caráter moderado à gestão da época. Entretanto, a publicação já apresentava um alinhamento com a elite agrária do Rio Grande do Sul, já que era o jornal lido pelos estancieiros, o que fazia com que defendesse os interesses da classe produtiva do estado (Dillenburg, 1997).

Em 1923, eclode uma nova revolução no Rio Grande do Sul entre os partidários do governador Borges de Medeiros, ligados ao PRR, e seus opositores, liderados por Assis Brasil. O fim da revolta se deu com a assinatura do Pacto de Pedras Altas, que estabeleceu o veto a uma nova candidatura de Borges de Medeiros ao governo e garantiu o livre exercício da oposição ao governo, que seria representada pela Aliança Libertadora, criada em 1924. Nesse cenário, ocorre o fim temporário da independência política do Correio do Povo, já que Fernando Caldas, diretor do jornal, era formalmente ligado ao novo movimento oposicionista (Dillenburg, 1997).

O período com o Correio do Povo na oposição sistemática ao governo é curto. Em 1928, Getúlio Vargas é eleito presidente do Estado do Rio Grande do Sul e intensifica o processo de aglutinação política no estado, conquistando o apoio da Aliança Libertadora e iniciando o processo de lançamento da sua candidatura à presidência da república em 1930. No meio midiático, jornal da família Caldas se torna um dos principais defensores do movimento que culminaria na Revolução de 30.

Apesar de se manifestar favorável aos primeiros passos do governo Vargas, o Correio do Povo foi se distanciando do presidente e voltou a demonstrar uma posição de neutralidade. Nos anos 30, o veículo adotou uma postura anticomunista, que o acompanhou durante décadas, se posicionando contra a Aliança Nacional Libertadora e a Revolta Comunista de 1935.

Em 1961, o Correio do Povo e o grupo Caldas Júnior tiveram um papel importante na Campanha da Legalidade, mobilização civil incentivada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, para garantir a posse de João Goulart após a renúncia do presidente Jânio Quadros. Um discurso do marechal Henrique Teixeira Lott alertando sobre os riscos da ruptura democrática foi transmitido em diversas rádios gaúchas, que tiveram seus sinais cortados pelo Ministério da Guerra. A Rádio Guaíba, que pertencia ao mesmo grupo do Correio do Povo, não transmitiu a fala de Lott e, portanto, manteve seu sinal intacto. Por isso, Brizola requisitou a Guaíba e ordenou que seus transmissores fossem transferidos para os porões do Palácio Piratini para a transmissão de discursos para a população gaúcha até que a posse de Goulart fosse garantida (Silva, 2015). Apesar de o Correio do Povo não ser contrário à solução constitucional, a situação aumentou o desgaste entre Breno Caldas e os governos estadual e federal. Nesse

contexto, o Correio do Povo acabou sendo mais um dos jornais brasileiros que contribuiu para a eclosão do golpe militar de 64..

Nas décadas seguintes, a empresa Caldas Júnior se consolidou como um dos maiores grupos de comunicação do Brasil, contando com o *Correio do Povo*, *Folha da Tarde* e *Folha da Manhã*, além da *Rádio Guaíba* e da *TV Guaíba*. O grupo também era o mais prestigiado no mercado gaúcho, contando com 93 mil assinaturas em 1972, e pagando os melhores salários do mercado. No entanto, em 1984, o grupo vem à falência após assumir dívidas para bancar a implantação da *TV Guaíba* e a modernização de seu parque gráfico. Como consequência, o Correio do Povo é vendido ao empresário Renato Bastos Ribeiro.

Em 2007, o jornal foi comprado pelo Grupo Record, conglomerado de mídia brasileiro propriedade do bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal, o que contribuiu para que o jornal seguisse uma linha ainda mais conservadora. Em 2022, contava com uma circulação média anual de 59.228 exemplares e 13 milhões de visualizações mensais no portal.

3.1.1 Taline Oppitz

Taline Oppitz é jornalista formada pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Começou a carreira profissional em 2002, como repórter de política no Correio do Povo. Antes disso, teve experiências como repórter da TV Assembleia e integrou a equipe de Assessoria do então governador Antônio Britto. Também escreveu reportagens para a Revista Voto. Após 6 anos cobrindo política como repórter, Taline assumiu a coluna de política do jornal após a saída de Armando Burd, em 2008.

Atualmente, além de assinar a coluna de política do Correio do Povo, a jornalista é, desde 2010, apresentadora do Esfera Pública, da Rádio Guaíba, programa de debates políticos e entrevistas exclusivas. Além disso, apresenta comentários sobre política nos telejornais da TV Record.

3.2 Zero Hora

A criação da *Zero Hora* tem ligação direta com o jornal *Última Hora*, criado

por Samuel Wainer em 1951 com o apoio do então presidente Getúlio Vargas. Um ano após sua fundação, o veículo passou a abrir filiais regionais em diferentes estados do país, começando por São Paulo. A regional gaúcha se estabeleceu em Porto Alegre em fevereiro de 1960, se posicionando a favor do governo estadual, de Leonel Brizola, e tendo um papel importante da Campanha da Legalidade, além de fazer oposição ferrenha ao governador eleito em 1962, Ildo Meneghetti (Barros, 1999).

Pelo seu apoio ao governo de João Goulart, a *Última Hora* gaúcha foi fechada e deixou de circular após o golpe militar de 1964. Apenas um mês após o fechamento, o jornal foi reaberto sob direção de Ary Carvalho e com um novo nome: *Zero Hora*. Em sua primeira edição, a publicação trazia em sua capa um editorial que o posicionava como “independente” e “democrático”, além de afirmar manter uma “linha em defesa dos valores cristãos” e apoiar aqueles que “lutam para impedir a implantação de ideologias contrárias às nossas tradições democráticas”, em uma clara referência de apoio ao golpe militar.

A gestão de Ary Carvalho, no entanto, durou pouco tempo. Após passar por dificuldades financeiras relacionadas com a construção de uma nova sede na Avenida Ipiranga (Schirmer, 2002), em 1970 o veículo foi adquirido por completo pelos empresários Maurício e Jayme Sirotsky, donos do Grupo RBS, que contava com a Rádio Gaúcha e TV Gaúcha (futura RBS TV). Em 1978, o jornal lança seus cadernos de classificados, o que foi um marco por promover a ampliação do faturamento e uma maior independência do veículo, o tornando menos exposto às pressões de agências, governos e grandes anunciantes (Leães, 2009). O modelo virou referência em outros lugares do Brasil e foi replicado por outros jornais como a Folha de S. Paulo, O Globo e Estado de Minas.

Nos anos seguintes, a *Zero Hora* se consolida como o principal jornal gaúcho, principalmente após a crise do *Correio do Povo*, e estabelece uma hegemonia no estado. Schirmer (2002) coloca que, entre os motivos que fizeram o veículo se destacar em relação à concorrência está a cobertura política, que assegurou o prestígio do jornal.

As colunas de política apareceram na *Zero Hora* pela primeira vez em 1966, com os textos de Carlos Coelho e Jotaká, ambas em formato de tópicos, e a de Carlos Fehlberg, que adotou um modelo de teto longo, semelhante ao encontrado em jornais de outros estados do país (Schuster, 2000). Outro exemplo de colunista

política do jornal é Ana Amélia Lemos, que a partir de 1979, assinava a coluna ZH Brasília, quando chefiava a sucursal da RBS na capital federal.

Em 1993, a Zero Hora contrata o jornalista José Barrionuevo para assinar a coluna Página 10, que viria a ser a principal coluna política do estado. Com o estilo de textos curtos, a Página 10 ocupava uma página inteira de tablóide e era dividida em tópicos, que podiam ir de três a dezesseis, além do tópico denominado “mirante”, para registrar notas sem título (Leães, 2009). Barrionuevo assinou a coluna até 2003, quando foi substituído por Rosane de Oliveira.

Em junho de 2023, a *Zero Hora* registrou uma circulação total de 135.952, contando a tiragem média diária do impresso e assinaturas digitais pagas, sendo o quinto jornal com maior circulação no país.

3.2.1 Rosane de Oliveira

Rosane de Oliveira é natural de Espumoso, no Rio Grande do Sul, e é formada em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Mestre em Jornalismo para Editores pela Universidade de Navarra, na Espanha. Iniciou sua trajetória profissional na assessoria de imprensa do Palácio Piratini. Na sequência, passou pela redação da Rádio Guaíba e pela reportagem da Rádio Pampa. Voltou a trabalhar com política no Correio do Povo, onde mais tarde assumiu o cargo de editora de economia.

Entrou para a *Zero Hora* em 1992, já como editora de política. Em 2003, assumiu a titularidade da coluna Política + (antiga Página 10), uma das mais tradicionais do estado, função que exerce até hoje. Rosane também apresenta, desde 2007, o programa Gaúcha Atualidade, da Rádio Gaúcha, e é comentarista de política na RBS TV.

3.3 Privatizações

Como já foi exposto na presente pesquisa anteriormente, a privatização de empresas estatais está entre as principais recomendações da política econômica neoliberal que ganhou força no Brasil e no mundo entre as décadas de 80 e 90. Essa agenda resgata o pensamento liberal tradicional exposto no livro *A Riqueza*

das Nações, de Adam Smith, publicado em 1776. O ideário foi retomado por pensadores como Friedrich August von Hayek e Milton Friedman, que culpavam a política econômica de bem-estar-social e a regulamentação da economia pelas crises econômicas vividas no século 20 (Moraes, 2001).

Nesse sentido, Moraes (2001) coloca que o pensamento neoliberal acredita que a democracia sem limites força gastos públicos crescentes, com crise fiscal e endividamento do estado, que devem ser combatidos com a diminuição do universo político por meio de desregulamentações e privatizações. As primeiras experiências neoliberais ocorreram no Chile, durante a ditadura de Augusto Pinochet, quando assessores estadunidenses instalaram uma economia de livre mercado irrestrita (Hobsbawm, 1995). Nas décadas seguintes, a tendência ganhou força com a eleição de Margareth Thatcher, na Grã-Bretanha, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos.

Os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro impedia o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista, aumentassem. De qualquer modo, afirmavam, a "mão oculta" smithiana do livre mercado tinha de produzir o maior crescimento da "Riqueza das Nações" e a melhor distribuição sustentável de riqueza e renda dentro dela; uma afirmação que os keynesianos negavam. Contudo, a economia nos dois casos racionalizava um compromisso ideológico, uma visão a priori da sociedade humana. (HOBSBAWM, 1995, p. 399)

No Brasil, as primeiras privatizações ocorreram em 1987, quando o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) privatizou 16 empresas inadimplentes com o banco. Todas elas eram de pequeno porte e foram vendidas para evitar a participação do Estado no setor produtivo, arrecadando cerca de R\$780 milhões (Pachi Filho, 2008). Entretanto, as privatizações se tornaram políticas de governo apenas no governo Collor com a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), em 1991. A medida previa a transferência para a iniciativa privada de empresas dos setores de siderurgia, petroquímico, e fertilizantes que não deveriam mais integrar o Estado (Pacchi Filho, 2008). A primeira grande empresa a ser privatizada foi a Usiminas, ainda em 1991. No total, entre o governo Collor e o governo Itamar Franco(1990-1994), foram privatizadas 33 empresas federais totalizando US\$8,6 bilhões em receitas (Castro, 2005).

O PND teve o seu auge no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando

o processo de privatizações atingiu seu estágio mais voraz e crítico para a economia brasileira (Contin, 2015). Em 1997, é privatizada a Vale do Rio Doce, e no ano seguinte, o Sistema Telebrás, que teve a desestatização permitida apenas após uma reforma na legislação que permitiu a transformação do monopólio público em um novo sistema de concessão a operadores privados. Além disso, a gestão de FHC criou o Conselho Nacional de Desestatização (CND) e apoiou privatizações a nível estadual.

Na mesma época, no Rio Grande do Sul, Antonio Britto assumia a gestão do Executivo estadual com uma plataforma econômica semelhante à do presidente FHC. Em 1994, a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) apresentou um “programa de governo” aos principais candidatos nas eleições daquele ano com um conjunto de propostas que deveriam ser seguidas para que o estado alcançasse o desenvolvimento econômico. Entre as pautas apresentadas, estavam a redução efetiva no grau de monopólio da CEEE no setor energético e a privatização da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) (Cadoná, 2009). Britto, eleito naquele ano, aderiu parte da agenda econômica apresentada pelos industriais, e a CRT foi vendida em 1996.

De acordo com Cadoná (2009), as desestatizações eram uma demanda da burguesia industrial do estado já na década de 90:

Os posicionamentos políticos da burguesia industrial no Rio Grande do Sul eram favoráveis, nesse sentido, às privatizações de empresas estatais, ao fim dos monopólios estatais, à concessão de serviços públicos para a iniciativa privada, à redefinição das funções da União, com transferência de obrigações para estados e municípios, a racionalização gerencial dos serviços públicos (com adoção de princípios gerenciais utilizados pelas empresas privadas), à diminuição do quadro de funcionários públicos (e, portanto, como indicado, ao fim da estabilidade no emprego nos serviços públicos), à desburocratização e desregulamentação estatais. (CADONÁ, 2009, p.268).

No entanto, ao contrário do que aconteceu a nível nacional, pressões da sociedade civil e sindicatos, principalmente ligados ao setor bancário, fizeram com que o governo recuasse na ideia de promover privatizações de outras empresas estaduais. No início de 1998, surge a PEC nº 94, que tinha como objetivo principal a exigência de plebiscito em caso de privatização do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) (Dias, 2014). A proposta acabou não avançando por conta da eleição de Olívio Dutra para o governo do estado, que pôs fim à política de

privatizações naquele momento.

As discussões em torno da PEC do Plebiscito foram retomadas em 2002, diante de novas eleições para o Executivo estadual e a iminência de um novo governo que pudesse retomar os projetos de desestatizações. A PEC nº94/98 foi desarquivada e colocada em votação na Assembleia Legislativa em junho daquele ano. No primeiro turno, ainda foi acrescentada à proposta a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan). A proposta acabou sendo aprovada por unanimidade, no segundo turno. Nos meses seguintes, emendas constitucionais incluíram também a necessidade de plebiscito para as privatizações da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Riograndense de Mineração (CRM), Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás), Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA), e em 2004, a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (Procergs) (Dias, 2014). Diante da necessidade de plebiscito e da falta de força política dos governos neoliberais que assumiram o Rio Grande do Sul em novas ocasiões, nenhuma privatização relevante seria executada no estado até 2019.

3.3.1 Histórico das empresas estatais no Rio Grande do Sul

3.3.1.1 CEEE

Até a década de 1940, boa parte da indústria elétrica do Rio Grande do Sul era controlada pelo setor privado. Em Porto Alegre e parte da Região Metropolitana, a distribuição de energia era feita pela Companhia Energia Elétrica Riograndense (CEERG), subsidiária da *American Foreign Power Co.* (AMFORP), que fazia parte de um grupo de corporações capitaneado pela gigante estadunidense *Electric Bond And Share*. No interior, o serviço era prestado por pequenas empresas privadas ou municipalizadas, como no caso de São Leopoldo, Santa Cruz do Sul e Passo Fundo (Axt, 1995).

Diante da importância da matriz energética para o desenvolvimento do estado e para a atração de investimentos, o governo do estado criou a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), em 1943, como forma de organizar uma estratégia de intervenção no setor (Axt, 1995). Na segunda metade dos anos 40, a

comissão já organizava a distribuição de energia no interior do estado e submetia ao governo federal um plano de eletrificação estadual, com a construção de barragens e a autorização para construção de usinas termelétricas. Por outro lado, nas áreas de concessão da CEERG, a tensão aumentava por conta de cortes de energia sem aviso prévio, apagões por longas horas e racionamentos diários (Axt, 1995).

Elevada a condição de autarquia em 1952, a CEEE já era responsável por cerca de 80% da energia consumida no Rio Grande do Sul, substituindo o capital privado e as instalações municipais do interior do estado, sempre contando com boa receptividade da opinião pública e dos extratos políticos. Esse avanço acabou tornando a tornando oposição direta aos maus serviços prestados na área de concessão da AMFORP, que ficou cada vez mais isolada pela expansão da CEEE (Axt, 1995).

Nesse contexto, em maio de 1959, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, assina o decreto nº 10.466, que determina a encampação dos contratos de concessão da CEERG para fins de desapropriação, tornando o estado o primeiro do Brasil a ter toda sua distribuição energética controlada pelo Executivo. Em setembro do mesmo ano, a Comissão Estadual de Energia Elétrica é transformada em Sociedade de Economia Mista, com a designação de Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

Nas décadas seguintes, a CEEE se consolidou como uma das principais indústrias do estado, realizando investimentos no campo da transmissão de energia e inaugurando uma série de novas usinas de energia, hidrelétricas e termelétricas, em todas as regiões do estado.

Em dezembro de 1996, foi aprovada a Lei nº 10.900, que autorizava a divisão da CEEE em seis empresas, sendo três de distribuição de energia, duas de geração e uma de transmissão, dando início ao processo de privatização da empresa. Em 1997, duas distribuidoras foram vendidas, uma adquirida pela AES Sul para operar na região Centro-Oeste do estado, e outra pelo consórcio Rio Grande Energia S/A (RGE) para operar na região norte-nordeste. No ano seguinte, a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica é repassada para o Governo Federal em troca de dívidas.

Em 2006, para se adequar às novas normas do setor elétrico brasileiro, a CEEE passa por um novo processo de cisão. O patrimônio é dividido em

Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D), ambas sob controle acionário do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Segundo o governo do estado, a CEEE-D acumulava uma dívida de R\$7 bilhões em 2020.

Atualmente, a CEEE, sob controle da Equatorial Energia, está presente em 72 municípios das regiões Metropolitana, Sul, Centro-Sul, Campanha, Litoral Norte e Litoral Sul, contando com, aproximadamente, 1,8 milhão de clientes (CEEE, 2024).

3.3.1.2 CRM

A Companhia Riograndense de Mineração (CRM) é uma empresa de economia mista controlada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Teve origem no Departamento Autônomo de Carvão Mineral (DACM), fundado em 1947, que tinha como objetivo a exploração e o beneficiamento de carvão mineral para abastecer a Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Em 1969, a necessidade de expansão da produção fez com que o governo estadual, na época comandado pelo governador Walter Peracchi Barcellos, transformasse a DACM em uma sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Minas e Energia. Assim foi criada a CRM.

De acordo com seu site institucional, a companhia possui um potencial de 2.53 toneladas de carvão e tem sua unidade mineira ainda em atividade, situada no município de Candiota, com exploração a céu aberto. O portal também destaca que a CRM contribui com o desenvolvimento do Estado através da produção de energia elétrica e exerce um papel social importante com a geração de emprego nas regiões em que atua (CRM, 2024).

3.3.1.3 Sulgás

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás) foi criada em 1993, durante o governo de Alceu Collares, em uma parceria entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás. Iniciou a comercialização de gás natural em 2000, após a conclusão das obras do gasoduto

Bolívia-Brasil, que liga Santa Cruz de La Sierra a Canoas, passando pelos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. A empresa é responsável pela distribuição de gás natural canalizado e, atualmente, atende aos segmentos industrial, veicular, comercial, residencial e de geração de energia.

Em fevereiro de 2024, a Sulgás conta com uma rede de distribuição de 1.491 km de tubulação de gás natural, chegando a 38 municípios e um total de 90.237 clientes, incluindo residências, estabelecimentos comerciais, indústrias, postos de Gás Natural Veicular (GNV), entre outros.

3.4 Governo Eduardo Leite

Eduardo Leite é natural de Pelotas, no sul do Rio Grande do Sul, e é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Começou sua trajetória política no movimento estudantil e filiou-se ao PSDB em 2001. Nas eleições municipais de 2004, concorreu ao cargo de vereador e ficou na suplência, assumindo o cargo após a cassação de um vereador. Integrou a administração municipal como secretário interino e chefe de gabinete. Em 2008, foi eleito vereador e assumiu a presidência da Câmara Municipal de Pelotas entre 2011 e 2012.

Leite concorreu à Prefeitura de Pelotas, em 2012, pela coligação *Pelotas de Cara Nova*, com uma ampla aliança de partidos. Foi para o segundo turno e venceu o ex-prefeito e deputado federal Fernando Marroni (PT) com 57,15% dos votos, se tornando o prefeito mais jovem da história de Pelotas, aos 27 anos.

Em 2018, foi escolhido como candidato do PSDB ao governo do Rio Grande do Sul, também construindo uma ampla aliança. Apesar de ser um nome novo na política estadual, Eduardo Leite conseguiu superar nomes como o ex-vice-governador Miguel Rossetto (PT) e o prefeito de Canoas, Jairo Jorge (PDT), avançando ao segundo turno contra o atual governador José Ivo Satori (MDB). Na disputa contra Satori, o peessedebista conseguiu angariar os votos de setores ligados à esquerda em contraposição à decisão do oponente, que declarou apoio irrestrito ao candidato à presidência, Jair Bolsonaro. Nesse contexto, Leite foi eleito governador aos 33 anos, após receber 53,62% dos votos válidos.

Logo após ser eleito, o novo governador reafirmou suas propostas de reduzir a máquina pública, reduzir a burocracia e recuperar as finanças do Estado, além de

colocar os salários do funcionalismo público em dia e reduzir as alíquotas do ICMS. Já durante a campanha eleitoral, a burguesia industrial do Rio Grande do Sul, representada pela FIERGS, começou uma mobilização política em torno de uma agenda de desenvolvimento correspondente ao governo Leite (Cadoná, 2022). Essa agenda tinha como pontos principais as seguintes propostas para o desenvolvimento da indústria: 1) Segurança Jurídica, Desburocratização, Simplificação e Eficiência Administrativa/Tributária do Setor Público; 2) Infraestrutura e Logística; 3) Adequação do Tamanho e Peso do Setor Público; 4) Inserção Externa e Novas Tecnologias; 5) Empreendedorismo, Indústria e Sociedade (FIERGS, 2018). Logo em sua primeira ação como governador, Leite editou sete decretos de contenção de gastos que trariam uma economia entre R\$250 milhões e R\$300 milhões para os cofres públicos em 2019 (Schaffner, 2019).

Outra promessa de Eduardo Leite durante a campanha eleitoral de 2018 foi a renegociação da dívida pública do Estado com a União, confirmado com a elaboração do Plano Plurianual 2020-2023, denominado Novas Façanhas, que estabeleceu uma série de iniciativas para o atingimento dos objetivos em relação à dívida.

A situação atual das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul é grave, apresentando-se com problemas estruturais extremamente sérios e de difícil solução no curto e no médio prazos. Em 2019, mesmo com o não pagamento das parcelas da dívida contratada junto à União e com a manutenção das alíquotas de ICMS, o fluxo financeiro das receitas arrecadadas não será suficiente para fazer frente a todos os gastos correntes e de capital. Para 2020, mesmo as previsões mais otimistas não sinalizam para um desempenho a ponto de conduzir para um melhor equilíbrio das contas públicas. (PPA 2020-2023, 2019, p.38)

No documento, o governo ainda se compromete com a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal¹, uma alternativa criada pela União em 2017 para socorrer os estados em crise financeira em troca de uma série de contrapartidas, que incluem a privatização de empresas, a oferta de ativos para a garantia de novos financiamentos e o congelamento de salários dos servidores e a proibição de novas contratações (Bublitz, 2019). O RRF foi formulado e implementado no governo

¹ A primeira grande renegociação da dívida dos estados ocorreu em 1997, no governo FHC, quando foi criado o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal. Em contrapartida, os governos estaduais comprometeram-se a cumprir metas relativas a indicadores da situação fiscal, como resultado primário, dívidas financeiras e despesa com o pessoal.

Michel Temer, e prevê o reescalonamento e a ampliação dos prazos para o pagamento de dívidas dos Estados (Ferrer, 2023).

Em 2017, ainda no governo Sartori, o Rio Grande do Sul já havia atendido seis dos sete requisitos para aderir ao RRF, restando apenas a agenda de privatizações (Souza e Knoerr, 2020).

Cadoná (2022) avalia que os dois primeiros anos de Eduardo Leite à frente do Poder Executivo estadual foram marcados pela aprovação de propostas defendidas pela burguesia industrial gaúcha, como à reforma tributária, um código ambiental favorável aos investimentos privados, a políticas de concessão de subsídios e de renúncias fiscais, mesmo ao salário mínimo regional (em 2020).

3.5 Privatizações da CEEE, CRM e Sulgás

As articulações em torno das privatizações da CEEE, da CRM e da Sulgás começaram no final do governo Sartori como forma de atender a todos os requisitos estabelecidos pelo RRF. A primeira tentativa do governador envolveu negociações uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que retirava a necessidade de plebiscito para a de estatais. No entanto, naquela época, o governo não tinha os votos necessários para aprovação do projeto (Oliveira, 2017). No dia 30 de maio de 2017, vinte e oito deputados enviaram ao então presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Edegar Pretto (PT), um requerimento para elaboração, pela Mesa Diretora, de um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) para realização de consulta plebiscitária a fim de autorizar as privatizações das empresas. Segundo o que consta na Lei Estadual 9.207, de 21 de janeiro de 1991, o decreto legislativo convocando a consulta deve ser publicado até cinco meses antes da data de sua realização, que em caso de ano não eleitoral, ocorreria no dia 15 de novembro. Portanto, o requerimento precisaria avançar rapidamente na Assembleia, até o dia 15 de julho de 2017.

Apesar de um acordo feito pelo governo com 11 bancadas para que o PDL tramitasse mais rápido, a oposição, representada por PT, PCdoB e PSOL apresentou um requerimento discordando da ideia de colocar o projeto em pauta. Conforme o regimento, se três líderes de bancada manifestarem contrariedade, o projeto segue de forma normal. Nesse sentido, diante do curto prazo, se tornou impossível a convocação do plebiscito para 2017 (Oliveira, 2017).

O governo Sartori ainda faria duas novas tentativas para avançar com as privatizações. A primeira delas foi em novembro de 2017, quando duas propostas de emendas constitucionais, as PECs 266/2017 e 267/2017, que propuseram a extinção da obrigatoriedade do plebiscito. Entretanto, o plenário acabou não deliberando sobre as matérias naquele momento. A segunda delas foi em 2018, já em ano eleitoral, através do Projeto de Lei nº. 69/2018, que visava a mudança do prazo para a convocação do plebiscito de cinco para três meses. A proposta foi rejeitada na Assembleia com 29 votos contrários e 23 favoráveis, encerrando a possibilidade de realização do plebiscito junto com o primeiro turno das eleições gerais daquele ano (Souza e Knoerr, 2020).

Após a posse de Eduardo Leite, as privatizações viraram prioridade nos primeiros meses de governo. No dia 5 de fevereiro de 2019, o governador foi à tribuna da Assembleia Legislativa para falar sobre as finanças do Estado e defendeu a retomada e o avanço da PEC que retirava a obrigatoriedade do plebiscito para as privatizações da CEEE, da CRM, e da Sulgás, pedindo aos deputados para que “ouvissem o silêncio das ruas” (Bublitz, 2019). No dia seguinte, o governo enviou a proposta à Assembleia, iniciando a sua tramitação no Legislativo.

O projeto foi aprovado em dois turnos na Assembleia Legislativa no dia 7 de maio de 2019, e promulgado no dia seguinte. Na sequência, o governador enviou os Projetos de Leis 263, 264 e 265/2019, que autorizavam respectivamente as privatizações da CEEE, CRM e Sulgás (Souza e Knoerr, 2020). Eles foram a votação no dia 4 de julho daquele ano. As vendas da CEEE e da CRM foram aprovadas por 40 votos a 14, enquanto a da Sulgás foi aprovada por 39 votos a 14. Os projetos foram sancionados, dando início às negociações dos moldes das desestatizações.

No caso da privatização da CEEE, foi assinado um contrato com o BNDES para estruturação do projeto para a desestatização, incluindo estudos técnicos e financeiros e a modelagem de editais. O primeiro edital foi publicado em dezembro de 2020, e colocava à venda o braço de distribuição da CEEE, a CEEE-D, que tinha uma dívida estimada de R\$7 bilhões e levava energia para cerca de 4 milhões de pessoas. O leilão ocorreu no dia 31 de março de 2021, na B3, com a Equatorial Energia arrematando a empresa pelo valor de R\$100 mil e assumindo a gestão em junho do mesmo ano. Já a empresa de transmissão de energia, a CEEE-T, foi

vendida para a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) Energia pelo valor de R\$2,67 bilhões, em leilão realizado em julho de 2021.

Terceira empresa estatal privatizada pelo governo Leite, a Sulgás teve seu projeto de desestatização estruturado e modelado pelo BNDES a partir de setembro de 2019. O leilão foi realizado dois anos depois, no dia 22 de outubro de 2021, na B3, em São Paulo. Os 51% da empresa que pertenciam ao Estado foram arrematados pela Compass Gás e Energia, do Grupo Cosan, pelo valor de R\$927,8 milhões, preço mínimo projetado para comercialização. A Compass assumiu a gestão da empresa em janeiro de 2022.

Por fim, a CRM foi a única das empresas estatais listadas para venda que está com seu processo de privatização indefinido. A companhia segue no rol de projetos listados para desestatização na Secretaria de Parcerias e Concessões (Separ), mas não tem data prevista para leilão ou qualquer movimentação relevante nos próximos meses (Egídio 2023). Em declaração à Paulo Egídio, jornalista que substituíra Rosane de Oliveira na coluna Política +, de GZH, no dia 5 de julho de 2023, a secretária do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, Marjorie Kaufmann afirmou que a demora da privatização ocorre pela natureza da operação da CRM, que envolve um produto de impacto ambiental considerável, o carvão mineral.

4 A AGENDA DE PRIVATIZAÇÕES DO GOVERNO EDUARDO LEITE NAS PRINCIPAIS COLUNAS DE OPINIÃO DO RS

Neste capítulo, apresenta-se a metodologia escolhida para o desenvolvimento da pesquisa, a Análise de Discurso (AD) de linha francesa, assim como o objeto de estudo, caracterizado por 21 notas publicadas nas colunas de opinião dos jornais Correio do Povo e Zero Hora entre abril e julho de 2019. Por fim, serão descritos os resultados da análise realizada.

4.1 Análise de discurso

A Análise do Discurso é um campo de estudos que compreende as áreas da linguística e da comunicação e busca identificar as construções ideológicas presentes em diferentes gêneros textuais, assim como sua relação com o contexto social e histórico no qual eles estão inseridos. A AD de linha francesa surge no final dos anos 60, com a publicação dos livros *Análise automática do discurso* (1969), de Michel Pêcheux, e *Arqueologia do Saber* (1969), de Michel Foucault, que trazem a noção de discurso para o centro dos debates (Maingueneau, 2014). Orlandi (2009) explica que a Análise do Discurso não trata apenas da língua e da gramática, como o próprio nome indica, e leva em consideração a palavra em movimento e a prática de linguagem: o discurso.

O discurso pode ser caracterizado como uma prática que provém da formação dos saberes que se articula com outras práticas não discursivas na mediação entre o homem e a realidade natural e social. Ele pode ser entendido como um meio pelo qual são expressados sentidos, estabelecendo relações entre sujeitos. Para Charaudeau (2006), o discurso difere da língua, embora ela seja um de seus componentes:

O discurso está sempre voltado para outra coisa além das regras de uso da língua. Resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca) com a maneira pela qual se fala. É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido. Descrever sentido de discurso consiste, portanto, em proceder a uma correlação entre dois pólos. (CHARAUDEAU, 2006, p.40)

Tendo em vista o conceito de discurso, a Análise do Discurso busca o compreender como a mistura de um texto com um lugar social. Ou seja, seu objeto não é a organização textual e nem a situação e comunicação, mas um dispositivo de enunciação específico que as une (Maingueneau, 2007). Nesse sentido, o texto é a parte visível e material de um processo altamente complexo que inicia na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário, formando uma conjugação de forças que raramente é visível por si mesma (Benetti, 2008). Benetti (2008) argumenta que é papel do analista do discurso enxergar a existência de duas camadas: a camada discursiva, que é mais perceptível, e a camada ideológica, que só se evidencia quando a metodologia é aplicada. Para exemplificar o funcionamento da Análise do Discurso, podemos fazer a comparação com outra metodologia: a análise de conteúdo. Enquanto a análise de conteúdo procura extrair sentido dos textos perguntando o que o texto quer dizer, a AD considera que a linguagem não é transparente e, portanto, busca atravessar o texto para encontrar sentido do outro lado (Orlandi, 2009).

A metodologia tem no conceito de Formação Discursiva (FD) um de seus elementos mais importantes. Para Pêcheux (1995, p.160), a ideia de FD “é aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. Ou seja, o autor afirma que as palavras, expressões e proposições recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas, com os indivíduos sendo interpelados em sujeitos-falantes pelas formações discursivas que representam as formações ideológicas que lhes pertencem (Pêcheux, 1995).

O discurso se constitui em seu sentido porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não tem um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. (ORLANDI, 2009, p.43)

As formações discursivas podem ser organizadas e numeradas de diferentes formas (FD1, FD2, FD3, etc.), e nomeadas indicando seu sentido principal. A partir disso, e levando em consideração o problema de pesquisa, o analista do discurso localiza as marcas discursivas do sentido rastreado, identifica os principais sentidos

e os reúne em torno de formações discursivas mínimas, buscando, fora do texto, os discursos “outros” que atravessam o texto (Benetti, 2008).

4.1.2 *Corpus*

Como já foi abordado anteriormente na presente pesquisa, o governador Eduardo Leite deu início às articulações políticas em torno das privatizações da CEEE, da CRM e da Sulgás em seus primeiros dias de mandato. A proposta que retirava a necessidade de plebiscito para a realização de desestatizações foi colocada em votação no dia 7 de maio de 2019, enquanto a votação que aprovou as privatizações das empresas ocorreu no dia 4 de julho. Diante desse cenário, o período de análise das colunas de política dos jornais Correio do Povo e Zero Hora se deu entre abril e julho de 2019, data que corresponde ao avanço da agenda de privatizações do governo na Assembleia Legislativa.

No total, foram selecionadas 21 notas ou comentários publicados nas colunas, sendo doze de autoria de Taline Oppitz, do Correio do Povo, e nove de autoria de Rosane de Oliveira, da Zero Hora. A escolha priorizou textos que repercutiam os impactos econômicos e políticos das privatizações, descartando notícias que tratavam exclusivamente sobre os placares das votações e agendas do governador. Vale ressaltar também que, ao longo do período analisado, a jornalista Rosane de Oliveira se ausentou da coluna durante algumas semanas, sendo substituída por colunistas interinos. Portanto, o estudo excluiu da análise as colunas publicadas pelos interinos, dando prioridade para a jornalista titular.

Título da nota	Coluna	Data de publicação	Identificação na análise
1. Dia D para as privatizações	Taline Oppitz	22/04/2019	C1
2. Agora é com o plenário	Taline Oppitz	23/04/2019	C2
3. Oposição reduzida	Taline Oppitz	23/04/2019	C3
4. Recursos de privatizações podem ser antecipados	Taline Oppitz	01/05/2019	C4
5. Apartes	Taline Oppitz	08/05/2019	C5
6. Projetos chegam à	Taline Oppitz	28/05/2019	C6

Assembleia			
7. Regime impede o uso de recursos de privatizações em investimentos	Taline Oppitz	29/05/2019	C7
8. Valores não serão tratados	Taline Oppitz	24/06/2019	C8
9. Leite confia em solidariedade e descarta recuo para manter relações	Taline Oppitz	02/07/2019	C9
10. Êxitos não são parâmetros	Taline Oppitz	03/07/2019	C10
11. Jogaram a toalha	Taline Oppitz	03/07/2019	C11
12. Reunião com trunfos	Taline Oppitz	10/07/2019	C12
13. Como Leite isolou a oposição na emenda do plebiscito	Rosane de Oliveira	23/04/2019	C13
14. Como virar a página da crise no estado?	Rosane de Oliveira	25/04/2019	C14
15. Para que manter três bancos públicos no RS	Rosane de Oliveira	26/04/2019	C15
16. No radar dos investidores	Rosane de Oliveira	17/05/2019	C16
17. Secretário do tesouro apoia orçamento sem maquiagem	Rosane de Oliveira	17/05/2019	C17
18. Piratini treina aliados para defender venda de estatais	Rosane de Oliveira	28/05/2019	C18
19. Para atrasar a venda	Rosane de Oliveira	19/06/2019	C19
20. Esperança no acordo com a união	Rosane de Oliveira	11/07/2019	C20
21. Composição da Assembleia ajuda Leite	Rosane de Oliveira	12/07/2019	C21

4.2 Resultados da análise

4.2.1 Formação discursiva neoliberal

A FD neoliberal foi um dos discursos identificados na análise, estando presente em 47,62% das notas analisadas (10 de 21). O levantamento aponta que essa formação discursiva prevaleceu em 66,6% dos textos analisados da colunista Rosane de Oliveira (6 de 9), e em 33,33% dos textos da colunista Taline Oppitz (4 de 12). Como já foi abordado anteriormente na presente pesquisa, o neoliberalismo consiste em um conjunto de ideias criadas a partir da reformulação do liberalismo clássico que tinham no seu principal fundamento a redução significativa da participação do Estado na economia. Os defensores da ideologia neoliberal advogam a favor do corte e controle de gastos por parte dos governos, assim como a privatização de empresas estatais, permitindo que o mercado e a iniciativa privada resolvam por conta própria os problemas da sociedade através do lucro e do crescimento econômico.

Na mídia, o discurso neoliberal é fortemente presente, mas está marcado por sua invisibilidade. Guilbert (2020) explica que esse discurso virou uma espécie de dogma, validado pela queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, e que aponta que esse sistema seria supostamente “o fim da história” e o único a dar certo.

O DNL é ideológico ao mesmo tempo porque promove uma visão de mundo comprometida e por que não consegue se mostrar tal como é. Ele não aparece nos meios de comunicação como um discurso, mas como falas esparsas provenientes do senso comum ou de leis econômicas estabelecidas e indiscutíveis. Evidências, numa palavra. Contudo, ele é antes de tudo um discurso, isto é, um conjunto de proposições que refletem uma posição “mais ou menos coerente”, e é como discurso que deve ser estudado igualmente. (GUILBERT, 2020, p. 38)

Ao longo da análise, o discurso neoliberal aparece de diferentes maneiras e trata sobre diferentes aspectos dentro dessa política econômica. No entanto, ele não reflete necessariamente as opiniões pessoais das colunistas, podendo apenas trazer a reprodução de um discurso político. Como já foi abordado anteriormente na parte teórica da presente pesquisa, a interação entre o discurso político e o discurso midiático é tão forte que não é possível separá-los.

Na C15, é possível observar um exemplo evidente da formação discursiva neoliberal quando ocorre a defesa da ideia de privatização de dois bancos públicos

do Rio Grande do Sul, o reconhecimento da suposta necessidade de enxugar as estruturas do Estado e o lucro como fator fundamental para uma empresa pública:

C15: Na discussão sobre a **necessidade de enxugamento de estruturas do Estado**, um tema já deveria ter sido colocado em pauta pelo governador Eduardo Leite, mas, estranhamente, vem passando ao largo do debate: **qual o sentido de manter três bancos públicos no Rio Grande do Sul?** Por que não concentrar no Banrisul as ações de fomento ao desenvolvimento? [...] **O Banrisul é um não-problema. Dá lucro**, desde o governo passado a gestão foi profissionalizada e pode ser um instrumento importante na política de desenvolvimento do Estado. O governo tem como fazer dinheiro sem se desfazer do controle, **vendendo o excedente acionário ou a subsidiária Banrisul Cartões**. [...] **O que não se justifica é a manutenção de mais dois bancos estatais**, o Badesul e o BRDE, este em sociedade com Santa Catarina e Paraná.

Quando se trata da agenda de privatizações, os textos analisados demonstram que a estratégia do governo era derrubar a obrigatoriedade do plebiscito e provar as vendas da CEEE, CRM e Sulgás da maneira mais rápida possível. Na C12, por exemplo, Rosane Oliveira expõe uma fala do governador Eduardo Leite falando sobre a necessidade de “sair na frente” nos projetos de concessões e parcerias. A nota, denominada “no radar dos investidores”, produz o sentido de que aquele era o momento certo para a execução de um projeto privatista.

C16: Nos seis dias em que estive em Nova York, o governador Eduardo Leite e três secretários somaram quase 24 horas de reuniões com investidores.
– Foram encontros muito produtivos. Conseguimos colocar o Rio Grande do Sul no radar dos investidores. Todos olham para o Brasil com muita expectativa em razão da **reforma da Previdência**. Uma vez que seja aprovada, **temos de sair na frente nos projetos de privatizações e concessões para aproveitar o apetite do mercado** – disse o governador à coluna, antes de embarcar para Londres. [...] Nos encontros, como o desta quinta-feira (16), com participação de representantes do JP Morgan (*foto*), Leite exibiu um vídeo mostrando o que o Rio Grande do Sul tem de melhor, com destaque para o capital humano. **Também citou as privatizações em andamento, as concessões e as parcerias que podem interessar aos investidores estrangeiros.**

A C4, de autoria de Taline Oppitz e publicada logo após a derrubada do plebiscito, contém uma fala do governador que aponta para um caminho parecido, sugerindo que os impactos seriam sentidos em um curto espaço de tempo.

C4: O governador Eduardo Leite (PSDB) fez previsão de que **os processos de privatização da CEEE, CRM e Sulgás sejam efetivamente concluídos no prazo de um ano e meio**, mas destacou que **o impacto financeiro das**

transações será sentido antes disso. "Considerando a modelagem, o prazo é de cerca de 500 dias, mas parte das receitas relativas à alienação das empresas pode ser antecipada", disse o tucano, em entrevista ao programa "Esfera Pública", da Rádio Guaíba.

Em outra nota, o termo “concessões e parcerias” se repete para fazer referência a investimentos privados. Segundo o texto, apenas com esses investimentos seria possível promover melhorias de infraestrutura no Rio Grande do Sul. Outro ponto dessa nota que reforça o discurso neoliberal é o uso do termo “competitividade”, que é frequentemente vinculado a práticas mercadológicas.

C14: Foi ao apresentar os desafios do amanhã que Leany deu um **choque de realidade** na plateia. Mostrou que para o Estado **se tornar competitivo** é preciso vencer o desafio da infraestrutura, o que o governo Leite pretende fazer por meio de **concessões e parcerias**. Hoje, o RS é o 12º em qualidade de rodovias e o 27º – último lugar, portanto – em percentual de rodovias com asfalto. Em potencial de mercado, ocupa o 25º lugar.

Um dos argumentos utilizados na defesa das privatizações é que elas promoveriam investimentos por parte do Estado em áreas consideradas mais importantes como saúde, educação e segurança. Esse ponto inclusive foi utilizado por Leite durante a campanha eleitoral em 2018 sempre que falava sobre o seu projeto privatista. Entretanto, esse discurso acabou expondo uma grande contradição. Isso ocorre porque as privatizações da CEEE, CRM e Sulgás tinham como um de seus objetivos a adesão do Regime de Recuperação Fiscal concedido pela União, plano que exigia que os recursos obtidos pelas vendas de estatais fossem aplicados apenas na quitação de passivos. A colunista Taline Oppitz trata dessa contradição e apresenta o contraponto do governador sobre esse assunto.

C7: [...] a legislação federal que estabelece o Regime de Recuperação Fiscal. Esta última, **determina que os recursos obtidos com privatizações, obrigatoriamente, devem ser usados para a quitação de passivos**. Caso o Piratini viabilize a adesão do Rio Grande do Sul ao regime, a legislação federal se sobrepõe às demais, e restará ao governo gaúcho uma única possibilidade pagar parte das contas que se acumulam. **Não haverá recursos para investimentos. promessa de Leite durante a campanha eleitoral sempre que defende as privatizações.** O discurso, aliás, já está sendo adaptado às circunstâncias. **A justificativa é a de que o pagamento de dívidas também representa uma forma de fomentar investimentos.**

Ao tratar da alocação dos recursos oriundos das vendas de CEEE, CRM e Sulgás, as colunistas expõem a versão do Executivo de que a verba será utilizada

na quitação de dívidas e em investimentos (nesse caso, sem a adesão ao RRF) que, no entanto, não foram detalhados. Nesse contexto, é possível afirmar que há um posicionamento no sentido de que as privatizações melhorariam a situação das contas públicas.

C7: [...]o Executivo citou três legislações para explicar a utilização das verbas oriundas das vendas das estatais: a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece **aplicação dos ativos em investimentos**, a regra estadual que determina o fundo **de reforma do Estado como destino dos recursos**, e a legislação federal que estabelece o Regime de Recuperação Fiscal.

C8: Apesar de estimativas extraoficiais, de que as privatizações da CEEE, CRM e Sulgás podem render, juntas, cerca de **R\$ 3,5 bilhões**, e das cobranças de deputados sobre o impacto das transações, **o governo não irá detalhar nenhuma informação que envolva valores**.

C18: E para onde irá o dinheiro? **O documento diz que os recursos serão aplicados na redução da dívida, na quitação de passivos e em investimentos**.

Ao descreverem os projetos de privatizações da CEEE, CRM e Sulgás enviados pelo governo à Assembleia, as duas colunistas o classificam como “genéricos” e “meramente autorizativos”.

C7: Os projetos protocolados, no entanto, são meramente autorizativos, **sem especificações reivindicadas por deputados, a principal delas, o destino dos recursos**.

C19: O projeto é **genérico** e pede a autorização para promover **"medidas de desestatização"**.

O corte de gastos, um dos pilares das políticas neoliberais, foi outro tema que apareceu nas colunas analisadas. O sentido produzido nas notas aponta para o caminho de que as contas públicas do estado viviam um momento delicado, e que não havia outra alternativa a não ser cortar gastos ao máximo.

C14: São três eixos para chegar ao equilíbrio orçamentário: **racionalização das despesas**, modernização das receitas e desestatização combinada com parcerias privadas. [...]Responsável por toda a área de recursos humanos do Estado, Leany mostrou **números estonteantes** para justificar os projetos que deverão ser apresentados nos próximos meses. Para cada R\$ 100 da folha de pagamento, R\$ 40,30 vão para os servidores em atividade e R\$ 59,70 para aposentados ou pensionistas.

Argumentos contrários à privatização são pouco explorados pela colunista Rosane de Oliveira, colaborando para a construção do sentido neoliberal. Como foi

exposto anteriormente, a situação das contas públicas e a necessidade de se desfazer dos gastos das estatais são colocados acima da ideia de autonomia do Estado gaúcho. Questões como a qualidade dos serviços prestados à população e a possibilidade do governo perder o controle sobre áreas estratégicas como a distribuição de energia elétrica são pouco citadas pela colunista. Na C14, por exemplo, ela cita a oposição às privatizações, mas não detalha os argumentos defendidos.

C18: O documento, chamado de “Respostas aos questionamentos sobre as desestatizações”, tenta não só esclarecer as dúvidas dos deputados, como rebater **informações que vêm sendo difundidas por sindicatos contrários às privatizações.**

Ao tratar de um tema semelhante, no entanto, Taline Oppitz expõe os argumentos contrários às privatizações, se distanciando do discurso neoliberal:

C3: [...]a oposição deve levantar uma série de fatores, que incluirão temas como **o destino dos servidores das estatais que serão vendidas e o que acontecerá com débitos das empresas junto ao Estado como a dívida de mais de R\$1.5 bilhão da CEEE em ICMS.** Também há preocupação, inclusive de deputados da base aliada, para **evitar o estabelecimento de monopólio privado sobre serviços públicos considerados essenciais,** prática vedada pela Constituição.

Um dos tópicos levantados pelas colunistas que questionam o processo de privatização é em relação a demissão e direitos trabalhistas dos servidores dessas empresas.

C6: O caso da CEEE, por envolver riscos de **perda da concessão, passivos trabalhistas** e dívida de cerca de R\$ 1,8 bilhão em ICMS, **será o mais polêmico e mais complexo política e juridicamente.**

C18: [...]Detalha os passivos de cada uma e responde aos questionamentos dos deputados em relação ao **futuro dos empregados, planos de aposentadoria,** destino do dinheiro a ser arrecadado com a venda das empresas, entre outros. No caso dos funcionários, a cartilha diz que **não há garantia de que as empresas compradoras queiram manter todos os que estão no quadro.** Por isso, serão elaborados **planos de demissão voluntária antes da privatização.**

No texto C19, denominado “Para atrasar a venda”, Rosane de Oliveira trata sobre uma emenda proposta por deputados da oposição que, na sua visão, serviam apenas para atrasar os planos do governo. A forma como a informação é posta colabora na construção de um sentido que questiona a legitimidade das

emendas.

C19: Em tramitação desde o dia 28 de maio na Assembleia Legislativa, os projetos que autorizam a desestatização de CEEE, Sulgás e CRM receberam emendas que podem **atrasar a venda das estatais e os planos do governo do Estado de aderir ao regime de recuperação fiscal**. Assinadas por deputados de PDT, PSOL, e PT, as emendas propõem que o Piratini, depois de aprovar os projetos, submeta novamente ao Legislativo a autorização para medida específica. Na prática, **trata-se de uma manobra da oposição para dificultar a venda das três estatais, com chances remotas de ser aprovada pelo plenário**.

Desse modo, é possível afirmar que a formação discursiva neoliberal esteve presente nos textos das colunistas Rosane de Oliveira e Taline Oppitz em diferentes circunstâncias. Em algumas notas, é exposta a ideia de que a agenda de privatizações, aliada aos cortes de gastos promovidos pelo governo, iriam melhorar a situação do estado. Já em outros casos, a omissão dos argumentos contrários à política neoliberal do governo Eduardo Leite colocam o discurso nesse sentido.

4.2.2 Adesão ao Regime de Recuperação Fiscal

O Regime de Recuperação Fiscal (RRF) é um programa de auxílio da União para estados extremamente endividados. Por meio dele, os governos estaduais podem ter acesso a benefícios como a flexibilização de regras fiscais, concessão de operações de créditos e a possibilidade de suspensão do pagamento da dívida. Em contrapartida, os estados precisam apresentar reformas institucionais que incluem a aprovação de um teto de gastos e a adoção de políticas de desestatização. O programa foi criado durante o governo de Michel Temer, aprovado no final de 2016 e consolidado através da Lei Complementar federal nº 159 de 19 de maio de 2017.

Como foi exposto anteriormente na pesquisa, a adesão ao RRF era um objetivo do governo do Rio Grande do Sul desde a criação do programa, quando o estado ainda era governado por José Ivo Sartori, e dos requisitos necessários para integrar o programa, faltavam apenas as privatizações. Ao assumir a gestão estadual em 2019, Eduardo Leite colocou a agendas de privatizações e a consequente adesão ao RRF como prioridades, o que pode ser comprovado pela velocidade com a qual o projeto que retirava a obrigatoriedade do plebiscito e as privatizações de CEEE, CRM e Sulgás avançaram na Assembleia Legislativa.

Diante desse cenário, o Regime de Recuperação Fiscal foi um tema recorrente nas colunas de Rosane de Oliveira e Taline Oppitz durante o período analisado, estando presente em 33% (7 de 21) dos textos, quatro de Taline Oppitz e três de Rosane de Oliveira.

Nas notas selecionadas, o tema é quase sempre atrelado às privatizações e apontado como o principal motivo para a concretização destas.

C4: Segundo Eduardo Leite, as aprovações da PEC e, posteriormente, dos projetos de venda, terão impacto favorável nas negociações que vêm sendo realizadas com o governo federal visando à adesão do Rio Grande do Sul ao plano de recuperação fiscal. O tucano destacou que nas próximas semanas será apresentado, em Brasília, o texto da proposta gaúcha visando viabilizar a assinatura do contrato. "Estamos fazendo nossa parte na prática, e isto irá pesar nas negociações", disse o governador que cumpriu agendas ontem em Brasília.

C17: Até o final do semestre, com a aprovação dos projetos que autorizam a venda da CEEE, da CRM e da Sulgás, o governo deve apresentar o plano para adesão ao regime de recuperação.

C10: Vencida a etapa da obtenção de aval Legislativo às privatizações da CEEE, CRM e Sulgás, o Piratini irá intensificar agora as articulações, em Brasília, visando à adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal.

As colunas também tratam sobre as negociações do governo estadual com o governo federal, no primeiro ano de gestão de Jair Bolsonaro. As informações expostas reforçam a importância das privatizações na adesão ao programa. Na época sob gestão de Paulo Guedes, o Ministério da Economia fez uma série de exigências para que a recuperação fiscal gaúcha fosse efetivada, incluindo até a venda do Banrisul, o que acabou não se confirmando.

C6: A assinatura do contrato depende de uma série de fatores, que vão desde o montante de ativos financeiros que terão de ser garantidos a União até a vinculação feita na última semana pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), de que não há chance de auxílio aos estados e municípios endividados se a Reforma da Previdência não passar. Ou se o texto acabar consideravelmente modificado pelo Congresso Nacional. Viabilizada a adesão do Estado, o governo federal adianta percentual de recursos relativos às privatizações e assume a condução das transações.

C10: Vencida a etapa da obtenção de aval Legislativo às privatizações da CEEE, CRM e Sulgás, o Piratini irá intensificar agora as articulações, em Brasília, visando à adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal.

C20: Recebido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, o governador Eduardo Leite mostrou ontem os avanços no cumprimento de

exigências para o Estado aderir ao regime de recuperação fiscal, como a aprovação dos projetos que lhe dão autorização para privatizar CEEE, Sulgás e CRM e a Lei de Diretrizes Orçamentárias prevendo congelamento absoluto de gastos.

-O ministro recebeu com muito entusiasmo as notícias. Estamos com uma expectativa positiva em relação ao andamento do regime - afirmou Leite após a reunião, em Brasília.

Nas próximas semanas, o Piratini encaminhará à Secretaria do Tesouro Nacional os papéis necessários para receber o aval e garantir o socorro da União. Os documentos detalharão o que já foi cumprido e o que está sendo projetado pelo Estado. Ao analisar os documentos, Guedes vai dizer se o implementado até aqui foi o suficiente ou se será necessário cumprir mais alguma exigência.

Semelhante ao que ocorre com as privatizações, os textos não apresentam o contraponto ao Regime de Recuperação Fiscal. O programa é criticado por promover o congelamento de investimentos, falta de recursos e fim da autonomia do estado, podendo ter impactos nos serviços prestados à população. As colunas trazem apenas a versão governista, de que o RRF representa a única solução para a situação das contas públicas do estado. Portanto, a abordagem adotada ao tratar do tema reforça a formação do discurso neoliberal, favorável às privatizações e ao enxugamento das estruturas do Estado gaúcho.

4.2.3 Virtudes do governo Eduardo Leite

O sentido de virtudes do governo Eduardo Leite esteve presente em 33% dos textos analisados (7 de 21). O estudo apontou que ele aparece em 33% das notas das colunistas Taline Oppitz (4 de 12) e Rosane de Oliveira (3 de 9). Esse sentido caracteriza-se pelo destaque da articulação política do governo na aprovação das suas agendas. Vale ressaltar que, com poucos meses de governo, a gestão de Eduardo Leite conseguiu aprovar pautas com facilidade na Assembleia Legislativa. É o caso da agenda de privatizações, cobiçada por vários governos estaduais e que foi efetivada apenas sete meses após Leite assumir o cargo. Nesse contexto, as colunistas registraram a articulação política do governo peessedebista de maneira elogiosa.

Nos dois casos a seguir, Rosane de Oliveira destaca a habilidade política de Leite e de outros membros de seu governo, além de explicitar que o governador tinha “aval ideológico” na Assembleia para aprovar suas reformas neoliberais. Cabe aqui salientar a construção da figura de Eduardo Leite como um político hábil e de

diálogo com diferentes campos por parte da colunista.

C13: Leite construiu essa maioria **na base do diálogo**, iniciado logo depois da eleição. Quando sagrou-se **vitorioso** nas urnas, os partidos que apoiavam o governador eleito somavam 19 deputados. Uma de suas primeiras providências foi visitar a direção de cada um. Aos que tinham afinidade ideológica, fez um convite direto para participar do governo. Aos de oposição (PT e PSOL), expressou o desejo de dialogar.

C21: As sucessivas **vitórias** do governador Eduardo Leite na Assembleia Legislativa não se devem apenas a sua **habilidade política** e ao talento do chefe da Casa Civil, Otomar Vivian, **considerado um craque**. Leite foi beneficiado pelo crescimento da direita na última eleição. De fato, Novo, PSL e DEM não existiam na legislatura passada. Hoje, dão **aval ideológico** importante ao governo. Embora não ocupe cargos, o Novo apoia as reformas por convicção e vota com Leite.

Na C14, que trata sobre medidas adotadas pelas secretarias da Fazenda e do Planejamento do estado, Rosane intitula a nota de uma forma que contribui para a construção de um sentido de virtude do governo.

C14: Como **virar a página da crise** no estado?

A colunista Taline Oppitz adota um caminho parecido. Assim como Rosane, ela destaca a capacidade de articulação do governo e utiliza o termos “vitória” para destacar as propostas aprovadas na Assembleia.

C7: **O governo tentou fazer o dever de casa**, detalhando os cenários em cada uma das empresas e respondendo dúvidas de deputados, **visando minimizar resistências entre aliados**.

C10: Vencida a etapa da obtenção de aval Legislativo às privatizações da CEEE, CRM e Sulgás, **o Piratini irá intensificar agora as articulações**, em Brasília, visando à adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal.[...] Em pouco mais de seis meses de governo, apesar do percalço temporário no episódio dos indicados para a diretoria do Banrisul, **o governador Eduardo Leite (PSDB) e seus articuladores vêm acumulando vitórias**.

C12: **O governo Eduardo Leite (PSDB) conquistou mais uma vitória** no plenário da Assembleia, com a aprovação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).[...] Eduardo Leite se reúne hoje, em Brasília, com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para negociar a adesão do Rio Grande do Sul ao Regime de Recuperação Fiscal, com **dois trunfos na manga**: a autorização legislativa para levar adiante os processos de privatizações da CEEE, CRM e Sulgás, obtida na última semana, e uma LDO que explicita o déficit de R\$ 4,3 bilhões, impede ampliação de gastos e divide a conta da crise com os poderes. Será o primeiro encontro após as aprovações pela Assembleia.

Na C10, a colunista do Correio do Povo também contextualiza que as privatizações foram aprovadas após os debates que ocorreram durante o governo Sartori, mas que os projetos foram elaborados inteiramente pela gestão de Eduardo Leite.

C10: No caso das vendas de estatais, além de uma **composição da Assembleia mais favorável à bandeira das privatizações**, Leite enfrentou um cenário **facilitado pelo longo e exaustivo debate** mantido durante os quatro anos de governo do antecessor José Ivo Sartori (MDB), que **não teve êxito nestas matérias**. A situação será distinta em relação aos projetos que serão encaminhados ao Parlamento a partir de agosto. Elaborados pela **equipe técnica de Leite**, os textos não foram debatidos anteriormente e terão **carimbo exclusivo da administração tucana**.

Diante das notas analisadas, é possível afirmar que os textos colaboram para a construção da imagem de um governo vitorioso, que conseguiu emplacar em apenas 6 meses reformas que eram cobiçadas há décadas por determinados grupos da sociedade gaúcha. Essa formação discursiva também colabora positivamente na construção da imagem de Eduardo Leite como um político hábil e capaz de promover mudanças mesmo com um curto espaço de tempo.

4.2.4 Enfraquecimento da oposição

O sentido enfraquecimento da oposição foi identificado em 28,57% das notas analisadas (6 de 21), sendo 41,66% dos textos de Taline Oppitz (5 de 12) e 11,11% dos textos de Rosane de Oliveira (1 de 9). Esse significado evidencia-se pela dificuldade que grupos contrários à agenda de privatizações do governo encontraram para se mobilizarem e impedirem o avanço das propostas. As colunistas destacaram o encolhimento da oposição de esquerda na Assembleia Legislativa, refletindo o crescimento da direita na política nacional e dando aval para as reformas neoliberais do governo Eduardo Leite.

No único texto em que fala sobre esse tema, Rosane de Oliveira apresenta os números da queda da representação da oposição na Assembleia. Aqui vale destacar os adjetivos que a colunista utiliza para dar a dimensão da perda de relevância da oposição, em especial a esquerda, no jogo político gaúcho.

C21: **A oposição murchou**. O PT caiu de 11 para oito deputados e o PDT, de oito para quatro. Enio Bacci, **ferrenho opositor** das reformas de José

Ivo Sartori, não é mais deputado e hoje dirige o Detran. O PCdoB, que tinha dois **deputados combativos** (Manuela D'Avila e Juliano Roso), **sumiu do mapa**. E o PTB, que votou dividido em alguns projetos, agora está 100% fechado com o governo.

Já na coluna de Taline Oppitz, o enfraquecimento da oposição ganhou um destaque maior. A jornalista do Correio do Povo abordou não apenas esse enfraquecimento no campo político, mas também na sociedade, tratando sobre a mobilização de servidores públicos contrários às privatizações. Na C1, ela trata sobre o assunto ao dizer que é esperada a mobilização de protestos contrários às privatizações, que preocupavam membros do governo. Nesse texto, destaca-se a construção de um sentido de que apenas uma mobilização dos servidores poderiam aumentar a força da oposição naquele momento.

C1: Apesar do cenário favorável ao Executivo, **a oposição**, que não conta com o número de votos para garantir a consulta popular, deve se revezar na tribuna na **tentativa de ampliar o desgaste político**. É aguardada presença massiva de servidores estaduais no Legislativo, principalmente da CEEE, da CRM e da Sulgás, que serão privatizadas. E é justamente **a mobilização do funcionalismo que preocupa lideranças nos bastidores**. Há poucos dias, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça que aprovou o parecer favorável à PEC, **houve empurra-empurra e o clima esquentou**. A partir do episódio, foi proibida a circulação de servidores estaduais nos corredores do Legislativo dias depois, quando as comissões de Serviços Públicos e de Finanças aprovaram pareceres favoráveis ao mérito do texto. A questão é que hoje, véspera da votação da PEC em plenário, ocorrerá **audiência pública sobre as privatizações no Teatro Dante Barone**. O **temor** é de que em função das restrições de circulação, servidores que participarão da audiência pública decidam **não deixar o Parlamento**, permanecendo no local, praticamente ao lado do plenário, até amanhã.

A mobilização citada pela colunista antes da votação do primeiro turno da PEC do plebiscito se confirmou, mas não foi suficiente para impedir o avanço da proposta. Nas outras votações decisivas para a agenda de privatizações, ela classifica as manifestações contrárias aos projetos como pífias.

C5: Diferentemente da votação em primeiro turno, na análise de ontem da PEC que derrubou o plebiscito, **a mobilização dos servidores foi pífia**.

C11: **Jogaram a toalha**

Chamou atenção **a falta de mobilização de servidores das estatais e de atos contrários às privatizações**. As ruas no entorno da Assembleia, que **tradicionalmente ficam lotadas** em votações polêmicas, estavam com **movimento normal**. As presenças nas galerias do plenário **também foram**

pífias. Ao que parece, **servidores jogaram a toalha** já em maio, com a derrubada da necessidade de realização do plebiscito, pela ampla maioria de 40 votos a 13.

Ademais, Taline Oppitz também cita a queda no número de parlamentares da oposição e as dificuldades que o grupo enfrentaria para impedir aprovação das desestatizações.

C2: Conscientes de que irão **perder a batalha**, deputados da oposição irão utilizar todas as estratégias políticas e regimentais para **atrapalhar o cronograma previsto pelo Executivo**, que prevê a votação da PEC em segundo turno em 7 de maio.

C3: Oposição reduzida

Uma das estratégias tradicionalmente usadas pela oposição é o revezamento de deputados na tribuna, em plenário, para tentar impor desgaste ao governo e estender a sessão. Desta vez, no entanto, deputados petistas têm dúvida sobre a eficiência da tática, já que **a bancada encolheu consideravelmente, de 13 para oito parlamentares.**

Assim sendo, percebe-se que o enfraquecimento da oposição foi uma pauta que colabora na construção de um sentido de que o governo não encontraria resistências no campo político e na sociedade para avançar com o processo de privatização. No entanto, isso não significa necessariamente que a venda da CEEE, da CRM e da Sulgás fossem pautas populares, e sim, que houve um esvaziamento do debate em torno desse tema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou identificar os discursos atribuídos à agenda de privatizações do governo Eduardo Leite pelas principais colunas de opinião política do Rio Grande do Sul. Para tal fim, foi feita uma contextualização da relação entre jornalismo e política no Brasil, assim como a descrição da agenda de privatizações do governo Eduardo Leite. Por fim, avaliou-se como as privatizações de CEEE, CRM e Sulgás foram retratadas pelas principais colunistas de política do estado.

O histórico da relação entre mídia e poder, utilizando os conceitos de discurso jornalístico e discurso político provenientes da metodologia aplicada, permitiram a fundamentação teórica necessária para a realização da análise. Por meio do embasamento teórico a respeito das privatizações, assim como o aprofundamento do caso das privatizações de CEEE, CRM e Sulgás, foi possível compreender o contexto político e econômico que foi tema das colunas analisadas.

Os objetos do estudo foram colunas publicadas pelas colunistas Taline Oppitz, do Correio do Povo, e Rosane de Oliveira, da Zero Hora, entre abril e julho de 2019, data que coincide com o avanço da agenda de privatizações do governo do Rio Grande do Sul na Assembleia Legislativa. A análise identificou uma formação discursiva e sentidos que foram atribuídos à agenda de privatizações nos textos das colunistas. A formação discursiva neoliberal esteve presente em 47,62% das notas analisadas, sendo a mais evidente. Ademais, foram identificados os sentidos de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, virtudes do governo Eduardo Leite e enfraquecimento da oposição.

A derrubada da necessidade de realização de plebiscito para promover privatizações, assim como a aprovação dos projetos que permitiam a venda de CEEE, CRM e Sulgás, em um curto espaço de tempo, representam o momento político vivido no Rio Grande do Sul e no Brasil naquela época. A eleição de Jair Bolsonaro para a presidência e o crescimento da direita em praticamente todo o país deram o aval, pelo menos nas urnas, para o avanço de políticas econômicas neoliberais, que tem nas privatizações um de seus principais instrumentos. Soma-se a isso, o fato de que existe uma relação histórica entre o discurso neoliberal e a imprensa, como foi exposto na parte teórica da pesquisa, fazendo com que este se tornasse uma espécie de dogma na mídia (Guilbert, 2020). Por fim, a proximidade

entre veículos de comunicação, representados pelos jornalistas, e o campo político, facilita a reprodução do discurso político nos jornais.

Todos esses fatores citados anteriormente, aliados às características intrínsecas à atividade jornalística e até mesmo à linha editorial dos veículos de comunicação, podem ajudar na compreensão de porque o discurso neoliberal foi o mais evidente nos textos de Rosane de Oliveira e Taline Oppitz. Portanto, esse discurso não reflete necessariamente as opiniões pessoais das colunistas, e sim, um contexto que envolve uma série de questões históricas, econômicas e sociais que impactam nessa atividade jornalística.

A agenda de privatizações de Eduardo Leite foi tratada sob diferentes óticas pelas colunistas. Sobre os impactos econômicos e sociais das vendas de CEEE, CRM e Sulgás, ocorre uma reprodução do discurso governista, de que as desestatizações melhorariam a situação fiscal do estado, o ambiente de negócios e permitiriam investimentos. O ponto de vista do governo aparece nos textos através de falas do próprio governador e dos secretários, mas também pela forma como os fatos são expostos pelas jornalistas. Argumentos e mobilizações contrárias às privatizações foram pouco exploradas por Rosane de Oliveira, enquanto Taline Oppitz tratou sobre em algumas notas.

No mesmo sentido, a relação entre as privatizações e a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal é explicitada por ambas as colunas. O tema é tratado em um terço das notas analisadas e é apontado como um dos principais motivos para a venda das estatais. Assim como ocorre com a abordagem a respeito das desestatizações, existe uma aceitação ao discurso do governo, que coloca o programa da União como uma solução para o Rio Grande do Sul.

Por fim, as duas colunistas apresentam o contexto político no qual a agenda de privatizações foi aprovada. Rosane de Oliveira e Taline Oppitz destacaram a habilidade política do governo, que conseguiu aprovar projetos que foram cobijados por outras gestões no estado. Eduardo Leite é retratado como um político de diálogo, que consegue superar as dificuldades impostas pelo cenário econômico e possui aval ideológico para realizar as suas reformas. Por outro lado, as colunas também registram as dificuldades da oposição, recém derrotada nas eleições de 2018 e que não consegue uma mobilização suficiente para questionar a agenda neoliberal do governo.

A análise também tornou possível a identificação de diferentes estilos de atuação das colunistas. Taline Oppitz, do Correio do Povo, prioriza sempre a descrição das informações, deixando pouco espaço para comentários opinativos. Além disso, sua linha editorial prioriza pautar questões próprias do jogo político, como votações, negociações, discursos e outras movimentações no parlamento e no Executivo. Já Rosane de Oliveira, da Zero Hora, apresentou maior proximidade com o estilo tradicional de colunas, dando maior destaque para a opinião. Com esse estilo, além das informações, avalia decisões políticas e econômicas e apresenta suas percepções. Mesmo assim, as duas colunistas convergem ao seguir o estilo tradicional do jornalismo político gaúcho, caracterizado pelos textos curtos, em tópicos.

Diante do que foi apresentado pela análise, as privatizações de CEEE, CRM e Sulgás foram retratadas pelas colunas sob uma perspectiva favorável aos interesses do governo. A reprodução do discurso de que a venda das estatais iria melhorar a situação econômica do estado colabora para que o discurso político cumpra com um de seus objetivos principais, que é o de impor a sua verdade para muitos. Assim sendo, um debate necessário em torno do tema foi pouco explorado, suprimindo os argumentos contrários à agenda neoliberal ao dar sentido aos acontecimentos daquele momento. Portanto, o jornalismo político gaúcho se demonstrou simpático à ideia de vender as estatais, colaborando para que esses projetos, cobijados há décadas por grupos da sociedade, fossem enfim colocados em prática.

Concluídas, as privatizações dessas empresas voltariam a ser pautas nas páginas de política do Rio Grande do Sul anos mais tarde, especialmente no caso da CEEE. Após a venda da empresa de energia para o Grupo Equatorial, em março de 2021, o número de reclamações de clientes mais do que dobrou (G1, 2024). Além disso, foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal de Porto Alegre para investigar a atuação da CEEE Equatorial após diversos pontos da cidade ficarem sem energia elétrica em janeiro de 2024. Na Assembleia Legislativa, foi aberta uma comissão especial para avaliar a atuação das concessionárias de energia elétrica no estado, o que inclui a CEEE Equatorial.

O estudo também mostrou que os sentidos produzidos pelas colunas de política de Correio do Povo e Zero Hora retratam o governador Eduardo Leite como um político competente, aberto ao diálogo e capaz de conduzir reformas no Estado. Assim sendo, percebe-se que o governador teve a sua imagem beneficiada na

construção dos sentidos a respeito da agenda de privatizações, o que pode ter colaborado com o seu desempenho político nos anos seguintes. Leite ensaiou uma candidatura presidencial em 2022, mas voltou atrás e concorreu à reeleição, se tornando o primeiro governador gaúcho a se reeleger após a redemocratização.

Diante de todos esses fatores, comprova-se a importância do jornalismo na sociedade brasileira, como uma instância capaz de influenciar os campos político e econômico, mas também é influenciado por eles. Apesar de suas contradições, constitui-se como uma peça fundamental do jogo democrático, capaz de validar ou invalidar decisões dos poderes e fazer a interlocução entre diferentes grupos sociais. Outrossim, constata-se o papel do colunismo político dentro do campo jornalístico, responsável por alimentar o debate e tornar de domínio público informações que circulam nos bastidores do poder.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALBUQUERQUE, Afonso de. **Um outro “Quarto Poder”: imprensa e compromisso político no Brasil**. Revista Contracampo, n. 04, 2008.

ALBUQUERQUE, Afonso de. **Comunicação Política depois do Golpe: notas para uma agenda de pesquisa**. Compolítica, v. 8, n. 2, 2018.

ALBUQUERQUE, Afonso. **Populismo, Elitismo e Democracia: Reflexões a partir da Operação Lava-Jato**. Mediapolis–Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público, n. 12, p. 17-31, 2021.

AMARAL, Luiz. **Técnica de Jornal e Periódico**. 3ª edição, Fortaleza, Tempo Brasileiro, 1982.

AXT, Gunter. **A indústria de energia elétrica no Rio Grande do Sul: dos primórdios à formação da empresa pública (1887-1959)**. 155 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

BARROS, Jefferson. **Golpe mata jornal**. Porto Alegre: Já, 1999

BENETTI, Marcia. **Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica**. Intexto. V. 1, n. 14. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BENETTI, Marcia. **Análise do discurso: estudo de vozes e sentidos**. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (org.). Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2008.

BIONDI, Aloysio. **Mentira e caradurismo (Ou: a imprensa no reinado FHC)**. In: **ABRAMO, Perseu. Padrões de manipulação da grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOND, Fraser. **Introdução ao Jornalismo**. 1ª edição, Rio de Janeiro, Agir, 1959.

BUBLITZ, Juliana. **Leite quer que deputados ouçam silêncio da maioria**. Zero Hora, 6 de fevereiro de 2019.

CADONÁ, Marco André. **A inserção neoliberal: burguesia industrial e a inserção**

econômica do Rio Grande do Sul no processo de reestruturação do capitalismo durante os anos 1990. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

CADONÁ, Marco André; FREITAS, Valter de Almeida. **A agenda de desenvolvimento da burguesia industrial no Rio Grande do Sul durante os dois primeiros anos do governo de Eduardo Leite (2019 – 2020).** **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 25, n. 2, ago. 2022. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/10167>>. Acesso em: 24 abr. 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/ncn.v25i2.10167>.

CALIL, Gilberto Grassi. **Embates e disputas em torno das jornadas de junho.** Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.], v. 47, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17155>. Acesso em: 3 abr. 2024.

CAPELATO, Maria Helena. **História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo.** Rio de Janeiro: FGV, 2014. Acesso em: 24 mar. 2024.

CARVALHO, Vanderlei Souza. **Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998): o posicionamento da revista Veja no primeiro governo FHC.** 2004. 167 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1596503>. Acesso em: 30 mar. 2024.

CASTRO, Lavínia Barros de. **Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994).** In: GIAMBIAGI, Fabio [et al.] Economia brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CEEE - **Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica.** Disponível em: <<https://ceee.equatorialenergia.com.br>> Acessado em: 29. abr. 2024.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias / Patrick Charaudeau;** tradução Angela S. M. Corrêa. - São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 06 abr. 2024.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso jornalístico e posicionamentos enunciativos: fronteiras e distanciamentos.** Parágrafo, v. 4, n. 1, p. 6-15, 2016.

CONTIN, Ailton Alex. **Mídia e economia: limites, fatos e versões: o processo de privatização do governo FHC (1995-2002).** 2015. 1 recurso online (370 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, Campinas, SP.

CRM - **Companhia Riograndense de Mineração.** Disponível em:

<<http://www.crm.gov.rs>> Acessado em: 16. mar. 2024.

CUNHA, Thársyla Glessa Lacerda da. **Um combate de letras: os jornais Tribuna da Imprensa e Última Hora durante o segundo governo de Vargas (1951-1954)**. In: Anais do XVII encontro de História da Anpuh-Rio, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1470676781_ARQUIVO_UmcombatedeletrasosjornaisTribunadaImprensaeUltimaHoraduranteosegundogovernodeVargas-1951a1954.pdf. Acesso em: 4 abr. 2024.

CYRINO, Rafaela. **A construção midiática do golpe de 2016**. In: NORONHA, Gilberto César de; LIMA, Idalice Ribeiro Silva; NASCIMENTO, Mara Regina do (org.). **O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil**. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco e Littera, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 06 abr. 2024.

DALCIN, Cristiano, 2024. **Número de reclamações contra a CEEE mais do que dobrou após privatização da empresa**. G1, 30 de janeiro de 2024, Porto Alegre. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/01/30/numero-de-reclamacoes-contraceee.html>. Acesso em: 2 jun. 2024

DATAFOLHA, 2023. **38% são a favor de privatizações, e 45% se opõem**. Folha de São Paulo, 30 de janeiro de 2024, São Paulo. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniao-e-sociedade/2023/04/38-sao-a-favor-de-privatizacoes-e-45-se-opoem.shtml>. Acesso em: 21 mar. 2024.

DIAS, Franceli Pedott. **O debate sobre as privatizações e o plebiscito no estado do Rio Grande do Sul: democracia hegemônica ou contra-hegemônica?**. 2014. 262p. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Porto Alegre, 2014.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. **Correio do Povo: história e memórias / Sérgio Roberto Dillenburg**. - Passo Fundo: Ediupf, 1997.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. **Correio do Povo**. Verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo?busca=Correio+do+Povo&TipoUD=3&MacroTipoUD=0&Intens=30>. Acesso em: 17 abr. 2024.

EGÍDIO, Paulo. 2023. **CRM, a privatização que não andou**. *Zero Hora*, 5 de junho de 2023.

FERRER, João Carlos Camargo. **Mídia, agenda e alternativas em políticas públicas**. 2023. Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas, – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Rio de Janeiro, 2023.

FIERGS. **Plataforma de Compromissos para um Brasil Industrial**. Porto Alegre: FIERGS, 2018.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades**. Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007

GREGOLIN, Maria do Rosário. **A análise do discurso: conceitos e aplicações**. ALFA: Revista de Linguística, São Paulo, v. 39, 2001.

GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia** / Thierry Guilbert. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991** / Eric Hobsbawm; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. - 2ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JINKINGS, Ivana. **O golpe que tem vergonha de ser chamado golpe**. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

KIELING, Camila Garcia. **Autoritarismo no discurso da imprensa brasileira durante o golpe de 1964**. Revista Extraprensa, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 3–17, 2016.

KIELING, Camila Garcia. **O golpe civil-militar de 1964 no Brasil como um acontecimento político mediatizado**. Anais de Resumos Expandidos do Seminário Internacional de Pesquisas em Mediatização e Processos Sociais, [S.l.], v. 1, n. 2, set. 2019. ISSN 2675-4169. Disponível em: <https://mediaticom.org/anais/index.php/seminario-mediatizacao-resumos/article/view/812>. Acesso em: 26 mar. 2024.

LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfoses da cultura liberal: ética, mídia e cultura**. / Gilles Lipovetsky; tradução Juremir Machado da Silva - Porto Alegre : Sulina, 2004.

LEÃES, Eduardo Terres. **COLUNA POLÍTICA E AGENDAMENTO: A “Página 10” do Jornal Zero Hora**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

MAGALHÃES, Eleonora de. **Jornalismo político no Brasil: polarização estéril ou arena de debates?** Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política, São Carlos, v. 24, n. 2, 2015. DOI: 10.4322/tp.v24i2.450. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/450>. Acesso em: 23 mar. 2024.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso** / Dominique Maingueneau; tradução Sírío Possenti. - 1 ed, - São Paulo : Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **A análise do discurso e suas fronteiras**. Matraca , Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, p. 13-37, jan./jun., 2007

MARIANI, Bethania. **Discurso e instituição: a imprensa**. In: Revista Rua, Campinas, SP. Nº 5, p. 47 – 61, 1999.

MARQUES, W. **Discurso, Mídia e Política: da Utopia ao Caos sob análise**. Veredas Online – Atemática, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, p. 437- 452, 2013.

MATOS, Carolina. **Jornalismo e política democrática no Brasil / Carolina Matos** - São Paulo : Publifolha, 2008.

MELO, José Marques de. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis, Vozes, 1985.

MIGUEL, Luis Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política**. Lua Nova, n.55-56, 2002.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo : Editora Senac, 2001.

MUSSALIM, Fernanda. **Análise do discurso**. In: MUSSALIM, F.; BENTES (Eds.). . Introdução à linguística: domínios e fronteiras. 9. ed. São Paulo: Cortez editora, 2012. p. 112–161.

NORONHA, Gilberto César de; LIMA, Idalice Ribeiro Silva; NASCIMENTO, Mara Regina do (org.). **O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil**. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco e Littera, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 06 abr. 2024.

OLIVEIRA, Rosane de. 2017. “A voz do povo”. *Zero Hora*, 31 de maio de 2017.

OLIVEIRA, Rosane de. 2017. “Pá de cal do plebiscito em 2017”. *Zero Hora*, 6 de junho de 2017.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PACHI FILHO, Fernando Felício. **Privatizar para tornar "público": uma análise do discurso sobre a privatização das telecomunicações em jornais**. 2008. 228p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio** / Michel Pêcheux; tradução: Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] – 2ªed– Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Elementos para uma análise de discurso político**. Barbarói (USCS), v. 24, p. 87-118, 2006

REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. **Marketing político e governamental: um roteiro para campanha políticas e estratégias de comunicação** / Francisco Gaudêncio Torquato do Rego. - São Paulo : Summus, 1985.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Memória de jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50**. In: ANAIS DO 11º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2002, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2002. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2002/trabalhos/memoria-de-jornalista-um-estudo-sobre-o-conceito-de-objetividade-nos-relatos-dos?lang=pt-br>> Acesso em: 24 Mar. 2024.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950**. Estudos Históricos, v. 31, 2003.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Plano Plurianual – PPA (2020-2023)**. 2019. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/plano-plurianual>. Acesso em: 24 abr. 2024.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Delimitação, natureza e funções do discurso midiático**. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). O Jornal: da forma ao sentido. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

ROSA, Rosane. **A natureza e os limites dos discursos jornalísticos**. In: INTERCOM – XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador, 1 - 5 set., 2002.

SÁ, Israel de. **Golpe midiático: processos de formação do enunciado entre os golpes de 1964 e 2016**. In: NORONHA, Gilberto César de; LIMA, Idalice Ribeiro Silva; NASCIMENTO, Mara Regina do (org.). **O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil**. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco e Littera, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 06 abr. 2024.

SANTOS, Wélerson Alexandre de Lima.; PAJEÚ, Hélio Márcio. **Junho de 2013 e as jornadas de um gigante acordado: mídias, desinformação e crise de representação**. Comunicação & Informação, Goiânia, Goiás, v. 26, p. 281–298, 2023. DOI: 10.5216/ci.v26.74406. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/74406>. Acesso em: 1 abr. 2024.

SCHAFFNER, Fábio. 2019. **“Fazer o estado é obra coletiva”, afirma Leite**. *Zero Hora*, 2 de janeiro de 2019.

SCHIRMER, Lauro. **RBS: da voz-do-poste à multimídia**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

SCHUSTER, Marco Antônio Franzmann. **Página 10 e PT: jornalismo e política na sociedade de comunicação**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), Porto Alegre, UFRGS, 2002.

SCHWAAB, Reges; ZAMIN, Angela. **O discurso jornalístico e a noção-conceito de interdiscurso**. Vozes e Diálogo, v. 13, p. 46-62, 2014.

SCHWAAB, Reges Toni. **Para ler de perto o jornalismo: uma abordagem por**

meio dos dispositivos de análise do discurso In: Anais do 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Aracajú, SBPJor, 2007.

SILVA, Juremir Machado da. **Golpe midiático-civil-militar / Juremir Machado da Silva**. - Porto Alegre: Sulina, 5ª edição, 2014.

SILVA, Juremir Machado da. **Correio do Povo: a primeira semana de um jornal centenário / Juremir Machado da Silva**. - Porto Alegre: Sulina, 2015.

SMITH, A. (2000). **1960 – Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas

SODRÉ, Muniz. **A sociedade incivil: mídia, iliberalismo e finanças**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 mar. 2024.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso / Jessé Souza**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Gabriel Vieira de; KNOERR, Fernando Gustavo. **O Plebiscito como Condicionante Constitucional para a Autorização de Alienação de Empresas Estatais: O Caso do Estado do Rio Grande do Sul**. *Percursos*, v. 1, n. 32, p.154-172, 2020.

SOUZA, Paulo Roberto da Silva de. **Fernando Collor na imprensa brasileira : representações em torno da sedução e da satanização**. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2008.

SULGÁS - Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://sulgas.com.vc> Acessado em: 16. mar. 2024.

TUZZO, Simone Antoniacci; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. **As jornalistas sob ataque: um estudo sobre agressões às profissionais de imprensa em uma sociedade polarizada**. *Lumina*, [S. l], v. 15, n.3, p. 58-74, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/35226>. Acesso em: 12 abr. 2024.

WELTMAN, Fernando Lattman. **Comunicação e polarização política: o papel das mídias na crise da democracia**. In: ANAIS DO 30º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS , 2021, São Paulo. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2021. Disponível em :<<https://proceedings.science/compos/compos-2021/trabalhos/comunicacao-e-polarizacao-politica-o-papel-das-midias-na-crise-da-democracia?lang=pt-br>> Acesso em: 11 Abr. 2024.

ANEXO A - Notas analisadas

Cod	Colunas selecionadas
C1	Dia D para as privatizações O plenário da Assembleia Legislativa vota na sessão de amanhã, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que derruba a obrigatoriedade de realização de plebiscito para a venda da CEEE, CRM e Sulgás. São necessários 33 votos favoráveis. O governo conta com apoio que pode variar entre 35 e 40 votos. Apesar do cenário favorável ao Executivo, a oposição, que não conta com o número de votos para garantir a consulta popular, deve se revezar na tribuna na tentativa de ampliar o desgaste político. É aguardada presença massiva de servidores estaduais no Legislativo, principalmente da CEEE, da CRM e da Sulgás, que serão privatizadas. E é justamente a mobilização do funcionalismo que preocupa lideranças nos bastidores. Há poucos dias, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça que aprovou o parecer favorável à PEC, houve empurra-empurra e o clima esquentou. A partir do episódio, foi proibida a circulação de servidores estaduais nos corredores do Legislativo dias depois, quando as comissões de Serviços Públicos e de Finanças aprovaram pareceres favoráveis ao mérito do texto. A questão é que hoje, véspera da votação da PEC em plenário, ocorrerá audiência pública sobre as privatizações no Teatro Dante Barone. O temor é de que em função das restrições de circulação, servidores que participarão da audiência pública decidam não deixar o Parlamento, permanecendo no local, praticamente ao lado do plenário, até amanhã. A votação da PEC em segundo turno está prevista para ocorrer em 7 de maio. Após as duas etapas de votação, o governo ingressa em novo estágio e encaminhará à Assembleia três projetos solicitando, individualmente, autorização para as vendas da CEEE, CRM e Sulgás. Nestes casos, para aprovação, o placar necessário é consideravelmente inferior, de maioria absoluta, que corresponde a 28 votos.
C2	Agora é com o plenário O governo Eduardo Leite (PSDB) tem margem folgada para aprovar hoje no plenário da Assembleia, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que derruba a obrigatoriedade de realização de plebiscito para vender a CEEE, CRM e Sulgás. Conscientes de que irão perder a batalha, deputados da oposição irão utilizar todas as estratégias políticas e regimentais para atrapalhar o cronograma previsto pelo Executivo, que prevê a votação da PEC em segundo turno em 7 de maio. A próxima etapa que terá de ser enfrentada, apesar de exigir menor apoio em plenário, será, no entanto, politicamente e juridicamente bem mais complexa para o governo e seus articuladores: o trâmite e as discussões sobre os três projetos de autorização para a venda da CEEE CRM e Sulgás, que serão enviados ao Legislativo após a aprovação da PEC. As propostas terão de passar pela Comissão de Constituição e Justiça e também por análises de mérito. Também há necessidade de cumprimento de prazo de sete dias para apresentação de emendas aos textos. E é aí que o cenário complica. Não apenas porque a oposição deve levantar uma série de fatores, que incluirão temas como o destino dos servidores das estatais que serão vendidas e o que acontecerá com débitos das empresas junto ao Estado como a dívida de mais de R\$1.5 bilhão da CEEE em ICMS. Também há preocupação, inclusive de deputados da base aliada, para evitar o estabelecimento de monopólio privado sobre serviços públicos considerados essenciais, prática vedada pela Constituição.
C3	Oposição reduzida

	Uma das estratégias tradicionalmente usadas pela oposição é o revezamento de deputados na tribuna, em plenário, para tentar impor desgaste ao governo e estender a sessão. Desta vez, no entanto, deputados petistas têm dúvida sobre a eficiência da tática, já que a bancada encolheu consideravelmente, de 13 para oito parlamentares.
C4	Recursos de privatizações podem ser antecipados O governador Eduardo Leite (PSDB) fez previsão de que os processos de privatização da CEEE, CRM e Sulgás sejam efetivamente concluídos no prazo de um ano e meio, mas destacou que o impacto financeiro das transações será sentido antes disso. "Considerando a modelagem, o prazo é de cerca de 500 dias, mas parte das receitas relativas à alienação das empresas pode ser antecipada", disse o tucano, em entrevista ao programa "Esfera Pública", da Rádio Guaíba. A proposta de emenda à Constituição que derruba a obrigatoriedade de realização de plebiscito para a venda das empresas foi aprovada por 40 votos favoráveis e 13 contrários, no dia 23 de abril em primeiro turno. O segundo turno está previsto para o dia 7 de maio. Com a aprovação concluída, serão enviados à Assembleia os projetos, com a modelagem das privatizações. Um para cada empresa. A partir de então ocorrerão os debates mais acirrados na Casa, mas apesar de estratégias regimentais e jurídicas da oposição o governo terá êxito na empreitada. Segundo Eduardo Leite, as aprovações da PEC e, posteriormente, dos projetos de venda, terão impacto favorável nas negociações que vêm sendo realizadas com o governo federal visando à adesão do Rio Grande do Sul ao plano de recuperação fiscal. O tucano destacou que nas próximas semanas será apresentado, em Brasília, o texto da proposta gaúcha visando viabilizar a assinatura do contrato. "Estamos fazendo nossa parte na prática, e isto irá pesar nas negociações", disse o governador que cumpriu agendas ontem em Brasília. A pauta oficial foi a BR 116, mas a adesão do Estado ao plano também foi abordada.
C5	Apertes Diferentemente da votação em primeiro turno, na análise de ontem da PEC que derrubou o plebiscito, a mobilização dos servidores foi pífia.
C6	Projetos chegam à Assembleia Os projetos de autorização para as privatizações da CEEE, CRM e Sulgás serão protocolados amanhã pelo Executivo na Assembleia. As propostas somente não serão encaminhadas hoje em função de agenda do governador Eduardo Leite (PSDB) em São Paulo e para não tumultuar as articulações visando à aprovação dos indicados para o Banrisul e de reposição inflacionária do mínimo regional. O tucano entregará o texto pessoalmente ao Legislativo. Como o governo pretende cumprir esta segunda etapa antes do início do recesso, em 15 de julho, os projetos chegarão ao Parlamento em regime de urgência, portanto o prazo para tramitação será de, no máximo, 30 dias. A estimativa é a de concluir os processos, que contarão com o auxílio técnico do BNDES, no prazo de 500 dias. A parceria com o banco, além de auxiliar na busca de apoio dos aliados, representa uma espécie de plano B, no caso de não ser viabilizada a adesão do Rio Grande do Sul ao Plano de Recuperação Fiscal. A assinatura do contrato depende de uma série de fatores, que vão desde o montante de ativos financeiros que terão de ser garantidos a União até a vinculação feita na última semana pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), de que não há chance de auxílio aos estados e municípios endividados se a Reforma da Previdência não passar. Ou se o texto acabar consideravelmente modificado pelo Congresso Nacional. Viabilizada a adesão do Estado, o governo federal adianta percentual de recursos relativos às privatizações e assume a condução das transações. Na hipótese de a assinatura de contrato com a União não vingar, o governo do Estado terá de assumir pessoalmente os processos e, neste caso, a expertise do BNDES em privatizações será ainda mais decisiva para o desfecho das vendas das estatais gaúchas. O caso da CEEE, por envolver riscos

	de perda da concessão, passivos trabalhistas e dívida de cerca de R\$ 1,8 bilhão em ICMS, será o mais polêmico e mais complexo política e juridicamente.
C7	Regime impede uso de recursos de privatizações em investimentos O governador Eduardo Leite (PSDB) entregou pessoalmente à Assembleia os projetos de aval às privatizações da CEEE, CRM e Sulgás. O protocolo foi antecipado em um dia em função do cancelamento de viagem do tucano para São Paulo devido ao mau tempo. A partir de agora, os três projetos, que estão em regime de urgência e, portanto, precisam ser votados em no máximo 30 dias, irão mobilizar a pauta do Legislativo. O governo tentou fazer o dever de casa, detalhando os cenários em cada uma das empresas e respondendo dúvidas de deputados, visando minimizar resistências entre aliados. Os projetos protocolados, no entanto, são meramente autorizativos, sem especificações reivindicadas por deputados, a principal delas, o destino dos recursos. Na cartilha de 22 páginas apresentada em reunião com aliados, na véspera da entrega dos textos ao parlamento, o Executivo citou três legislações para explicar a utilização das verbas oriundas das vendas das estatais: a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece aplicação dos ativos em investimentos a regra estadual que determina o fundo de reforma do Estado como destino dos recursos, e a legislação federal que estabelece o Regime de Recuperação Fiscal. Esta última, determina que os recursos obtidos com privatizações, obrigatoriamente, devem ser usados para a quitação de passivos. Caso o Piratini viabilize a adesão do Rio Grande do Sul ao regime, a legislação federal se sobrepõe às demais, e restará ao governo gaúcho uma única possibilidade pagar parte das contas que se acumulam. Não haverá recursos para investimentos. promessa de Leite durante a campanha eleitoral sempre que defende as privatizações. O discurso, aliás, já está sendo adaptado às circunstâncias. A justificativa é a de que o pagamento de dívidas também representa forma de fomentar investimentos. "O Executivo segue tergiversando nesta questão, pois sabe da impossibilidade de investir e tenta preservar o governador" disse aliado à coluna.
C8	Valores não serão tratados Apesar de estimativas extraoficiais, de que as privatizações da CEEE, CRM e Sulgás podem render, juntas, cerca de R\$ 3,5 bilhões, e das cobranças de deputados sobre o impacto das transações, o governo não irá detalhar nenhuma informação que envolva valores. Por um simples motivo: qualquer estimativa oficial pode ter impacto no mercado e, portanto, ser explorada por interessados em comprar as empresas, prejudicando as negociações.
C9	Leite confia em solidariedade e descarta recuo para manter relações Confiante na aprovação dos projetos de aval às privatizações da CEEE, CRM e Sulgás, hoje, na Assembleia, o governador Eduardo Leite (PSDB) está preparado para a polêmica que enfrentará a seguir no Legislativo: a votação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que deve ser analisado no dia 9. A proposta gerou chiadeira e críticas incisivas dos demais poderes, especialmente do Tribunal de Justiça, devido à falta de previsão da ampliação de receitas, congeladas há quatro anos, nem mesmo para cobrir o crescimento vegetativo da folha. Segundo Leite, foram constatados nos últimos anos, nos poderes, realocações de recursos de pessoal para outras áreas, o que evidencia que há espaço para pagamento do crescimento vegetativo sem ampliação dos repasses. Ao comentar a possibilidade de desgaste nas relações institucionais, Leite foi incisivo. "Confio na solidariedade dos outros poderes. E também, em última instância, se não houver solidariedade, não posso manter relações institucionalmente cordiais à custa de cerca de 200 milhões que farão falta na prestação de serviços. Neste caso, é melhor não manter as relações institucionalmente adequadas*", afirmou o tucano em entrevista ao programa "Esfera Pública", da Rádio Guaíba. Além das críticas no campo político, o

	Tribunal de Justiça antecipou que, caso a LDO seja aprovada sem a ampliação nos repasses, irá à Justiça exigir o pagamento de índice superior aos 3%, ficando em 4,09%, com base em cálculo considerando o IPCA. Naturalmente, se quiserem, buscaram a Justiça. Mas, na nossa visão, na jurisprudência que corrobora nossa posição no caso de insuficiência financeira. O Estado vive um momento de excepcionalidade, justificou Leite.
C10	Êxitos não são parâmetro Vencida a etapa da obtenção de aval Legislativo às privatizações da CEEE, CRM e Sulgás, o Piratini irá intensificar agora as articulações, em Brasília, visando à adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal. Por aqui, há ainda mais uma pauta a ser enfrentada antes do início do recesso parlamentar, que começa no dia 15. Na próxima terça-feira, dia 9, será votado em plenário o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Neste ano, as discussões sobre o texto serão marcadas por maior polêmica devido à não previsão de ampliação dos recursos aos demais poderes para cobrir sequer o crescimento vegetativo da folha. Os debates sobre a LDO e os relativos às privatizações, e os placares obtidos nas votações, no entanto, não podem ser considerados parâmetro ou termômetro para o que está por vir, a partir de agosto. Em pouco mais de seis meses de governo, apesar do percalço temporário no episódio dos indicados para a diretoria do Banrisul, o governador Eduardo Leite (PSDB) e seus articuladores vêm acumulando vitórias. No caso das vendas de estatais, além de uma composição da Assembleia mais favorável à bandeira das privatizações, Leite enfrentou um cenário facilitado pelo longo e exaustivo debate mantido durante os quatro anos de governo do antecessor José Ivo Sartori (MDB), que não teve êxito nestas matérias. A situação será distinta em relação aos projetos que serão encaminhados ao Parlamento a partir de agosto. Elaborados pela equipe técnica de Leite, os textos não foram debatidos anteriormente e terão carimbo exclusivo da administração tucana. Entre as propostas, estão as de alterações na Previdência e nas carreiras dos servidores, com foco em pelo menos duas categorias numerosas e mobilizadas, de áreas essenciais segurança pública e educação. O clima promete estar ainda mais tensionado, e os deputados mais suscetíveis a pressões em função da proximidade cada vez maior das eleições municipais de 2020.
C11	Jogaram a toalha Chamou atenção a falta de mobilização de servidores das estatais e de atos contrários às privatizações. As ruas no entorno da Assembleia, que tradicionalmente ficam lotadas em votações polêmicas, estavam com movimento normal. As presenças nas galerias do plenário também foram pífias. Ao que parece, servidores jogaram a toalha já em maio, com a derrubada da necessidade de realização do plebiscito, pela ampla maioria de 40 votos a 13.
C12	Reunião com trunfos O governo Eduardo Leite (PSDB) conquistou mais uma vitória no plenário da Assembleia, com a aprovação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O texto aprovado amplia o congelamento nos valores que já vinham sendo aplicados nos quatro anos da gestão José Ivo Sartori (MDB), não prevendo nem mesmo reajuste para o pagamento dos 3% de crescimento vegetativo das folhas de pagamento. O Executivo sustenta que a decisão significa o inédito compartilhamento com os demais poderes, na prática, da crise financeira que atinge o Rio Grande do Sul. A iniciativa, marcada por polêmicas políticas e jurídicas, foi duramente criticada pelos demais poderes, especialmente o Tribunal de Justiça. A reação já foi traçada e passa pelo ingresso de ação, de autoria do Ministério Público, junto ao Judiciário, para tentar derrubar a medida. O Executivo deve explorar o interesse direto do TJ no caso para defender a tese de suspeição e levar a decisão a outras instâncias, como o Superior Tribunal de Justiça ou Supremo Tribunal Federal.

	Independente do desfecho do episódio juridicamente, Eduardo Leite se reúne hoje, em Brasília, com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para negociar a adesão do Rio Grande do Sul ao Regime de Recuperação.Fiscal, com dois trunfos na manga: a autorização legislativa para levar adiante os processos de privatizações da CEEE, CRM e Sulgás, obtida na última semana, e uma LDO que explicita o déficit de R\$ 4,3 bilhões, impede ampliação de gastos e divide a conta da crise com os poderes. Será o primeiro encontro após as aprovações pela Assembleia. Os itens são parte das exigências feitas pelo Planalto para viabilizar a assinatura do contrato.
C13	Como Leite isolou a oposição na emenda do plebiscito Se tudo correr como o governo planeja, a proposta que acaba com a exigência de plebiscito para vender a CEEE, a Sulgás e a CRM será aprovada nesta terça-feira (23) com 40 votos favoráveis, 13 contrários e uma ausência, a da deputada Any Ortiz, que está em licença-maternidade. O 55º é o presidente da Assembleia, Luis Augusto Lara (PTB), aliado do governo, que só vota em caso de empate. Any Ortiz até queria voltar à Assembleia para votar pelo fim da exigência de plebiscito, mas a procuradoria entendeu que ela não pode interromper a licença-maternidade, que é um direito do bebê. O voto de Any, embora simbolicamente fosse importante para mostrar coesão, não será necessário. Para aprovar a emenda são necessários 33 votos. A base do governo soma 40 deputados, mas, nesta proposta, poderá contar com os dois do Partido Novo, que votam a favor por convicção ideológica. Nos bastidores, a única preocupação é com o deputado Gaúcho da Geral (PSD), porque a votação pode ocorrer no horário do jogo do Grêmio na Libertadores. Mas, como a partida será disputada no Paraguai, o deputado torcedor não tem por que se afastar do plenário. Leite construiu essa maioria na base do diálogo, iniciado logo depois da eleição. Quando sagrou-se vitorioso nas urnas, os partidos que apoiavam o governador eleito somavam 19 deputados. Uma de suas primeiras providências foi visitar a direção de cada um. Aos que tinham afinidade ideológica, fez um convite direto para participar do governo. Aos de oposição (PT e PSOL), expressou o desejo de dialogar. Ao PDT, Leite chegou a oferecer a Secretaria da Educação, mas os deputados recusaram porque sabiam que seria preciso defender as privatizações que sempre combateram. Aos dirigentes do MDB, Leite propôs que esquecessem as divergências eleitorais e integrassem seu governo. Hoje, até para manter a coerência com o que propôs o governo Sartori, os deputados do MDB estão entre os mais fiéis defensores do fim do plebiscito. A última bancada a aderir ao governo foi a do PSL, no final de março, com a indicação do deputado Ruy Irigaray para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo.
C14	Como virar a página da crise no estado? Convidados a falar na Federasul sobre os planos do governo Eduardo Leite para o futuro do Rio Grande do Sul, os secretários da Fazenda, Marco Aurelio Cardoso, e do Planejamento, Leany Lemos, mostraram uma visão panorâmica das medidas que serão adotadas nos próximos meses para substituir o discurso da crise por uma agenda de desenvolvimento. São três eixos para chegar ao equilíbrio orçamentário: racionalização

	das despesas, modernização das receitas e desestatização combinada com parcerias privadas. Aos empresários, Marco Aurélio prometeu simplificação tributária, tratamento diferenciado aos bons contribuintes e medidas para melhorar o ambiente de negócios no Estado, de forma a atrair investimentos. Responsável por toda a área de recursos humanos do Estado, Leany mostrou números estarrecedores para justificar os projetos que deverão ser apresentados nos próximos meses. Para cada R\$ 100 da folha de pagamento, R\$ 40,30 vão para os servidores em atividade e R\$ 59,70 para aposentados ou pensionistas. Além da reforma da Previdência, que depende de aprovação no Congresso, a secretária citou quatro medidas de impacto e com altíssimo potencial de polêmica: reforma do estatuto do servidor público, revisão da estrutura do Estado, reestruturação de 17 carreiras e revisão do sistema de cargos em comissão. Sem entrar em detalhes, admitiu cortes em adicionais de tempo de serviço, que no governo federal foram eliminadas nos anos 1990. – Não queremos falar de crise, mas de desenvolvimento – disse Marco Aurélio, para em seguida emendar que é preciso mostrar o diagnóstico para explicar as medidas que serão tomadas. Foi ao apresentar os desafios do amanhã que Leany deu um choque de realidade na plateia. Mostrou que para o Estado se tornar competitivo é preciso vencer o desafio da infraestrutura, o que o governo Leite pretende fazer por meio de concessões e parcerias. Hoje, o RS é o 12º em qualidade de rodovias e o 27º – último lugar, portanto – em percentual de rodovias com asfalto. Em potencial de mercado, ocupa o 25º lugar. Quando o assunto é capital humano, o desafio de superação é ainda maior. Em 2007, o Estado ocupava o 8º lugar em número de jovens com curso superior. Dez anos depois, caiu para 11º. No Ideb das séries iniciais do Ensino Fundamental, saiu de 6º para 10º. Nas séries finais, de 7º para 14º e no Ensino Médio, da 7ª para 15ª posição.
C15	Para que manter três bancos públicos no RS? Na discussão sobre a necessidade de enxugamento de estruturas do Estado, um tema já deveria ter sido colocado em pauta pelo governador Eduardo Leite, mas, estranhamente, vem passando ao largo do debate: qual o sentido de manter três bancos públicos no Rio Grande do Sul? Por que não concentrar no Banrisul as ações de fomento ao desenvolvimento? Leite vem repetindo que não pretende privatizar o Banrisul, apesar da pressão do governo federal para que o banco seja incluído no pacote para adesão ao regime de recuperação fiscal. O governador sabe que, diferentemente do que ocorreu com CEEE, Sulgás e CRM, não teria autorização legislativa para tirar da Constituição a exigência de plebiscito para privatizar o Banrisul. Em caso de consulta à população, o “não” seria amplamente vencedor, de acordo com pesquisas realizadas durante a campanha de 2018.

	O Banrisul é um não-problema. Dá lucro, desde o governo passado a gestão foi profissionalizada e pode ser um instrumento importante na política de desenvolvimento do Estado. O governo tem como fazer dinheiro sem se desfazer do controle, vendendo o excedente acionário ou a subsidiária Banrisul Cartões. O que não se justifica é a manutenção de mais dois bancos estatais, o Badesul e o BRDE, este em sociedade com Santa Catarina e Paraná. O que os dois fazem que o Banrisul não poderia fazer, se houvesse a decisão política de concentrar as atividades no banco estadual? Historicamente, o Badesul e o BRDE têm sido usados como abrigo de políticos mal sucedidos nas urnas. Com salários bem melhores do que os de secretário de Estado, foram cabides de emprego para suplentes até a Lei das Estatais estabelecer a exigência de critérios técnicos na nomeação dos diretores. Entre os políticos que passaram pelo Badesul ou pelo BRDE nos últimos anos estão os ex-deputados Mano Changes, Paulo Odone, Mario Bernd, Kalil Sehbe Netto e Odacir Klein, para citar os casos mais recentes. Agora, o PP está tentando uma manobra para ganhar duas vezes: emplacar no BRDE o ex-deputado Marco Peixoto, conselheiro do Tribunal de Contas, outro paraíso de políticos em fim de carreira. A jogada consiste em Peixoto se aposentar no TCE (com salário de R\$ 39,3 mil), abrindo vaga para outro deputado, e ser nomeado para o banco. O MDB poderia fazer o mesmo com o conselheiro Algir Lorenzon, que já tem tempo de sobra para requerer aposentadoria no Tribunal de Contas. Leite mantém silêncio sobre os planos para os dois bancos, mas a pergunta está no ar: qual é a lógica de manter, além do Banrisul, o BRDE e o Badesul?
C16	No radar dos investidores Nos seis dias em que estive em Nova York, o governador Eduardo Leite e três secretários somaram quase 24 horas de reuniões com investidores. – Foram encontros muito produtivos. Conseguimos colocar o Rio Grande do Sul no radar dos investidores. Todos olham para o Brasil com muita expectativa em razão da reforma da Previdência. Uma vez que seja aprovada, temos de sair na frente nos projetos de privatizações e concessões para aproveitar o apetite do mercado – disse o governador à coluna, antes de embarcar para Londres. Leite comentou que foi importante os investidores conhecerem, além dos projetos, parte do seu time.

	Com Leite viajam os secretários Marco Aurelio Cardoso (Fazenda), Bruno Vanuzzi (Parcerias Estratégicas) e Arthur Lemos (Meio Ambiente e Infraestrutura). O presidente da Assembleia, Luis Augusto Lara, também integra a comitiva, representando o Legislativo. Nos encontros, como o desta quinta-feira (16), com participação de representantes do JP Morgan (<i>foto</i>), Leite exibiu um vídeo mostrando o que o Rio Grande do Sul tem de melhor, com destaque para o capital humano. Também citou as privatizações em andamento, as concessões e as parcerias que podem interessar aos investidores estrangeiros.
C17	Secretário do tesouro apoia orçamento sem maquiagem Veio do secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, a principal manifestação de apoio ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) encaminhado à Assembleia Legislativa na quarta-feira pelo governo Eduardo Leite, prevendo o congelamento absoluto dos gastos em 2020. Em mensagem por WhatsApp, Mansueto elogiou a secretária do Planejamento, Leany Lemos, que coordenou a elaboração da proposta, e pediu a ela que transmitisse os cumprimentos ao governador. - A transparência é importante para que a sociedade passe a conhecer os números e se crie o ambiente adequado para uma boa discussão política do que fazer para chegar ao ajuste que, no caso do Rio Grande do Sul, terá de ser bastante duro - disse Mansueto à coluna. O secretário lembrou que o problema do Rio Grande do Sul é o mesmo de outros Estados, que elaboram orçamentos com previsão de receitas extraordinárias que não se confirmam: Depois de aprovado o orçamento, é esse o valor que serve de base para o repasse aos outros poderes, mesmo que a receita não seja realizada. A maquiagem que esconde o verdadeiro tamanho dos gastos com pessoal foi uma das dificuldades para a adesão ao regime de recuperação fiscal no governo José Ivo Sartori. Como os relatórios excluem várias despesas que o Tesouro classifica como gastos com pessoal, o Estado não chegava ao limite exigido para aderir ao regime que garante uma carência de três anos, prorrogáveis por mais três, no pagamento da dívida com a União. Agora, a situação deve mudar, segundo Mansueto, com o compromisso do governo Leite de adotar os critérios da Secretaria do Tesouro Nacional. Por essa fórmula de cálculo, os gastos com pessoal chegam a 77% da receita corrente líquida e extrapolam o limite fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O temor, no governo passado, era de que, mudando o cálculo, fossem aplicadas sanções, mas o secretário do Tesouro Nacional tranquiliza os atuais gestores: -Hoje, 14 Estados ultrapassam o limite da LRF. É preferível deixar os números claros do que continuar se enganando com dados errados. Até o final do semestre, com a aprovação dos projetos que autorizam a venda da CEEE, da CRM e da Sulgas, o governo deve apresentar o plano para adesão ao regime de recuperação. Mansueto admite que, embora a exigência inicial fosse de privatização de todos os ativos, incluindo o Banrisul, o ministro Paulo Guedes pode abrir uma exceção se o Estado

	apresentar um plano consistente de redução de gastos e provar que, mesmo sem entregar o banco, consegue chegar ao equilíbrio entre receita e despesa
C18	Piratini treina aliados para defender venda de estatais Uma cartilha ilustrada, com dados sobre CEEE, CRM e Sulgás e argumentos para defender a venda das três estatais foi preparada pelo governo do Estado e entregue aos deputados que participaram de reunião, no final da tarde desta segunda-feira (27), no Galpão Crioulo do Palácio Piratini, com o governador Eduardo Leite e secretários. O documento, chamado de “Respostas aos questionamentos sobre as desestatizações”, tenta não só esclarecer as dúvidas dos deputados, como rebater informações que vêm sendo difundidas por sindicatos contrários às privatizações. (Quais informações?) Na reunião, com a presença de 22 deputados aliados e mais os dois do Novo, que não integram a base do governo mas votam a favor das privatizações por convicção, secretários e técnicos colocaram-se à disposição para responder a todo e qualquer questionamento. É uma preparação para o embate que deverá ocorrer no plenário a partir de terça ou quarta, quando o governo protocolar os três projetos na Assembleia. Os textos dos projetos deverão ser enxutos. Está mantida a ideia de apenas pedir autorização à Assembleia para desestatizar as três empresas. Os questionamentos e sugestões dos deputados entrarão na justificativa. Oito bancadas encaminharam pedidos de informação sobre a venda de estatais nas últimas semanas. Essas dúvidas foram agrupadas em 13 perguntas e respondidas pelas equipes dos secretários Leany Lemos (Planejamento) e Arthur Lemos (Meio Ambiente e Infraestrutura). A cartilha explica como será feita a avaliação das empresas, pelo BNDES, para definir o preço mínimo a ser estabelecido. Detalha os passivos de cada uma e responde aos questionamentos dos deputados em relação ao futuro dos empregados, planos de aposentadoria, destino do dinheiro a ser arrecadado com a venda das empresas, entre outros. No caso dos funcionários, a cartilha diz que não há garantia de que as empresas compradoras queiram manter todos os que estão no quadro. Por isso, serão elaborados planos de demissão voluntária antes da privatização. E para onde irá o dinheiro? O documento diz que os recursos serão aplicados na redução da dívida, na quitação de passivos e em investimentos. Cita o artigo 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal para informar que “é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos”.
C19	Piratini treina aliados para defender venda de estatais Uma cartilha ilustrada, com dados sobre CEEE, CRM e Sulgás e argumentos para defender a venda das três estatais foi preparada pelo governo do Estado e entregue aos deputados que participaram de reunião, no final da tarde desta segunda-feira (27), no Galpão Crioulo do Palácio Piratini, com o governador Eduardo Leite e secretários. O documento, chamado de “Respostas aos questionamentos sobre as desestatizações”,

	tenta não só esclarecer as dúvidas dos deputados, como rebater informações que vêm sendo difundidas por sindicatos contrários às privatizações. (Quais informações?) Na reunião, com a presença de 22 deputados aliados e mais os dois do Novo, que não integram a base do governo mas votam a favor das privatizações por convicção, secretários e técnicos colocaram-se à disposição para responder a todo e qualquer questionamento. É uma preparação para o embate que deverá ocorrer no plenário a partir de terça ou quarta, quando o governo protocolar os três projetos na Assembleia. Os textos dos projetos deverão ser enxutos. Está mantida a ideia de apenas pedir autorização à Assembleia para desestatizar as três empresas. Os questionamentos e sugestões dos deputados entrarão na justificativa. Oito bancadas encaminharam pedidos de informação sobre a venda de estatais nas últimas semanas. Essas dúvidas foram agrupadas em 13 perguntas e respondidas pelas equipes dos secretários Leany Lemos (Planejamento) e Arthur Lemos (Meio Ambiente e Infraestrutura). A cartilha explica como será feita a avaliação das empresas, pelo BNDES, para definir o preço mínimo a ser estabelecido. Detalha os passivos de cada uma e responde aos questionamentos dos deputados em relação ao futuro dos empregados, planos de aposentadoria, destino do dinheiro a ser arrecadado com a venda das empresas, entre outros. No caso dos funcionários, a cartilha diz que não há garantia de que as empresas compradoras queiram manter todos os que estão no quadro. Por isso, serão elaborados planos de demissão voluntária antes da privatização. E para onde irá o dinheiro? O documento diz que os recursos serão aplicados na redução da dívida, na quitação de passivos e em investimentos. Cita o artigo 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal para informar que “é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos”.
C20	Esperança no acordo com a União Recebido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, o governador Eduardo Leite mostrou ontem os avanços no cumprimento de exigências para o Estado aderir ao regime de recuperação fiscal, como a aprovação dos projetos que lhe dão autorização para privatizar CEEE, Sulgás e CRM e a Lei de Diretrizes Orçamentárias prevendo congelamento absoluto de gastos. -O ministro recebeu com muito entusiasmo as notícias. Estamos com uma expectativa positiva em relação ao andamento do regime - afirmou Leite após a reunião, em Brasília. Nas próximas semanas, o Piratini encaminhará à Secretaria do Tesouro Nacional os papéis necessários para receber o aval e garantir o socorro da União. Os documentos detalharão o que já foi cumprido e o que está sendo projetado pelo Estado.

	Ao analisar os documentos, Guedes vai dizer se o implementado até aqui foi o suficiente ou se será necessário cumprir mais alguma exigência.
C21	A composição da Assembleia ajuda Leite As sucessivas vitórias do governador Eduardo Leite na Assembleia Legislativa não se devem apenas a sua habilidade política e ao talento do chefe da Casa Civil, Otomar Vivian, considerado um craque. Leite foi beneficiado pelo crescimento da direita na última eleição. De fato, Novo, PSL e DEM não existiam na legislatura passada. Hoje, dão aval ideológico importante ao governo. Embora não ocupe cargos, o Novo apoia as reformas por convicção e vota com Leite. A oposição murchou. O PT caiu de 11 para oito deputados e o PDT, de oito para quatro. Enio Bacci, ferrenho opositor das reformas de José Ivo Sartori, não é mais deputado e hoje dirige o Detran. O PCdoB, que tinha dois deputados combativos (Manuela D'Ávila e Juliano Roso), sumiu do mapa. E o PTB, que votou dividido em alguns projetos, agora está 100% fechado com o governo.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação e Educação Continuada
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br